

DENISE JULIANI DE ARRUDA

## IMPrensa E MEIO AMBIENTE:

As mudanças na cobertura jornalística  
entre a Rio-92 e a Rio+10 – o caso da  
Gazeta Mercantil

São Paulo  
2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DENISE JULIANI DE ARRUDA

## IMPrensa E MEIO AMBIENTE:

As mudanças na cobertura jornalística  
entre a Rio-92 e a Rio+10 – o caso da  
Gazeta Mercantil

Dissertação apresentada ao Curso  
de Pós-Graduação , na Escola de  
Comunicações e Artes, da  
Universidade de São Paulo, como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Ciências da  
Comunicação.

Orientadora: Professora Dra.  
Nancy Nuyen Ramadan

São Paulo  
2006

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

---

---

São Paulo, de de 2006

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, à minha mãe, ao meu pai, ao meu marido Luiz Sérgio, companheiro de todas as horas, à Maria das Graças Casarsa, aos professores e colegas do curso de pós-graduação da USP.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, Nancy Nuyen Ramadan, pela condução segura e pelo constante apoio que foram fundamentais para tornar este trabalho possível.

## RESUMO

Este trabalho analisa mudanças na cobertura jornalística de temas ambientais no período de dez anos decorrido entre a Rio-92 e a Rio+10, as duas Conferências das Nações Unidas para o meio ambiente, a partir da produção do jornal **Gazeta Mercantil**. O instrumento metodológico utilizado foi a Análise de Conteúdo.

O presente estudo também trata da relação entre imprensa e suas fontes, meio ambiente e economia, tendo como foco a contribuição da atividade das empresas no processo de degradação do planeta. Traça, ainda, um pequeno histórico do movimento ambientalista no Brasil e no mundo, bem como faz uma análise da cobertura de temas ambientais pela imprensa brasileira.

Palavras-chave: jornalismo e meio ambiente; cobertura jornalística; empresa e meio ambiente; ecologia; reportagem

**ABSTRACT**

This study analysis changes in press coverage of environmental issues from Rio-02 to Rio+10 – United Nations environmental conferences – from Gazeta Mercantil's point of view. It is done by Content Analysis methodology.

Press and it's source relationships, environmental and economics are also approached, focused on firm's activities to planet degradation process. It also brings a short history of environmental activity in Brazil and in the world and analyses press coverage of environmental subject by Brazilian press.

Key words: journalism and environment, press coverage, firms and environment, ecology, newspaper report.

**SUMÁRIO**

Introdução.....	
Capítulo I	Sinais de alerta.....
Capítulo II	Crise ambiental, herança maldita do século XX?.....
Capítulo III	Jornalismo e meio ambiente.....
Capítulo IV	Metodologia.....
Capítulo V	Descrição dos dados obtidos
Capítulo VI	Interpretação dos dados
Considerações finais	
Bibliografia.....	
Anexos.....	

## INTRODUÇÃO

A discussão em torno dos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente, se não é nova, torna-se cada vez mais atual e urgente. Desde os primeiros alertas, como a denúncia da norte-americana Rachel Carson sobre os efeitos do envenenamento por pesticidas, feita em 1962, às atuais questões pertinentes ao aquecimento do planeta, a lista de preocupações relacionadas ao meio ambiente só aumenta. Felizmente, também avança a busca por respostas.

Ao longo dos últimos 30 anos, a idéia de crescimento econômico a qualquer preço, predominante na década de 1970, foi sendo substituída por uma visão mais abrangente dos problemas ambientais, a partir de uma melhor compreensão de que os recursos naturais do planeta não são infinitos e do papel da atividade humana no processo de destruição.

A ação persistente e corajosa do movimento ambientalista em todo o mundo vem contribuindo fortemente para o aumento da conscientização de vários setores da sociedade para o problema e também para disseminar a idéia de que a crise do meio ambiente tem caráter global e, desta forma, o desafio de encontrar soluções para seus problemas exige uma abordagem que ultrapassa as fronteiras dos países.

Neste sentido, uma importante iniciativa na ampliação desta discussão foi a realização, pelas Nações Unidas, de três conferências mundiais para tratar do tema meio ambiente. Na primeira delas, em 1972, em Estocolmo, na Suécia, começa a ser desenhada a percepção de que o problema exige uma abordagem global e princípios comuns a todos os países, mas o grande salto ocorreu na

conferência do Rio de Janeiro, em 1992, quando chegou-se a definir metas comuns, consideradas ambiciosas, na direção de um mundo mais justo e responsável. A relação entre degradação ambiental e atividade econômica ficou mais evidente aos olhos do mundo depois desta conferência. O encontro seguinte, em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, batizado de Rio+10 em alusão ao inspirador encontro no Rio de Janeiro, foi considerado por muitos como frustrante e até mesmo um retrocesso em relação à Rio-92.

Neste contexto de crise mais do que anunciada, o jornalismo é chamado a cumprir seu papel de tradutor de discursos, levando ao público leitor algo além do simples relato dos fatos. Ao jornalismo se pede que processe e dê sentido a toda essa massa de informações que circula pelo planeta, abrindo um espaço para a reflexão e contribuindo para a descoberta de soluções para esta crise.

Considerando a contribuição da atividade econômica para o agravamento dos problemas do meio ambiente, este estudo tem como objetivo identificar as mudanças ocorridas na cobertura de temas ambientais pela **Gazeta Mercantil** - um jornal especializado em economia e negócios -, entre dois momentos, a Rio-92 e a Rio+10, procurando responder à seguinte questão: Como um jornal voltado para o meio empresarial tratou o tema ambiental a partir da Rio-92?

Nossa hipótese central é a de que houve uma mudança na cobertura de temas ambientais pela **Gazeta Mercantil** entre as duas Conferências das Nações Unidas. Nossas hipóteses específicas são as seguintes:

1- Uma dessas mudanças foi o aumento da quantidade de matérias sobre meio ambiente publicadas pelo jornal a partir da Rio-92.

2- A cobertura de temas ambientais pelo jornal apresentou uma mudança de foco, com redução do volume de matérias envolvendo denúncias e ampliação das notícias relativas a investimentos e negócios na área ambiental.

3- Outra mudança foi a diversificação das fontes ouvidas pelos repórteres, com maior participação de representantes da sociedade civil e de especialistas e pesquisadores nas matérias.

O presente trabalho tem seis capítulos, além das considerações finais, bibliografia e anexos. No primeiro, Sinais de Alerta, são abordados alguns aspectos da relação entre os problemas ambientais e a atividade econômica, com destaque para a atuação e a responsabilidade das empresas no crescimento da degradação do planeta. Este capítulo também faz um breve histórico do papel desempenhado pelo movimento ambientalista no Brasil.

O segundo capítulo, Crise ambiental, herança maldita do século XX?, trata da participação do setor empresarial na Rio-92 e das mudanças necessárias para que a humanidade supere o atual estágio de desrespeito ao meio ambiente.

No capítulo três, Jornalismo e meio ambiente, são abordados conceitos de jornalismo em geral, jornalismo especializado em meio ambiente e a cobertura de temas ambientais da **Gazeta Mercantil**, objeto de nosso estudo.

O capítulo quatro descreve a metodologia aplicada neste trabalho, para o qual foi utilizada a análise de conteúdo. No capítulo cinco, é feita a descrição dos dados obtidos e, no capítulo seis, a interpretação destes dados.

## CAPÍTULO I

### Sinais de alerta

A preocupação com a defesa do meio ambiente, movimento que começou a se desenhar principalmente nos países do Norte nos anos 60, ganha hoje dimensão planetária. A semente plantada há 40 anos germinou, a árvore cresceu, espraia seus ramos, gera seus frutos e volta a espalhar suas sementes, cumprindo o incansável ciclo da Natureza. O impensável anos atrás faz hoje, em maior ou em menor grau, parte da agenda de todos os países.

Do primeiro encontro de caráter mundial voltado para discutir os problemas ambientais, a Conferência de Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Suécia, em 1972, no qual foi aprovada a Declaração sobre o Ambiente Humano, cujo objetivo era estabelecer uma visão global e princípios comuns entre os países (Ramos, 1995), até a realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2002, em Joanesburgo na África do Sul, conhecida como Rio+10, a lista de desastres e riscos ambientais cresceu significativamente. Quase na mesma medida, houve importantes avanços na conscientização sobre a responsabilidade da atividade humana na geração destes riscos e sobre a necessidade da busca por soluções.

Embora as alterações ocorridas no meio ambiente não sejam fruto apenas da ação humana, uma vez que o planeta está em constante modificação desde seu início, mudanças estas que permitiram o desenvolvimento das condições necessárias para que a vida humana surgisse e se firmasse no planeta, estudos apontam a atividade econômica como o principal acelerador do processo de

degradação do meio ambiente. Desta forma, a ampliação das discussões em torno dos efeitos desta atividade sobre o meio ambiente e sua relação com a exaustão dos recursos naturais do planeta, há anos presentes na agenda ambientalista, torna-se a cada dia mais necessária.

Por muito tempo, as ações empresariais foram pautadas pela certeza de que a natureza, separada do homem, aí está para ser dominada e moldada aos interesses e necessidades da humanidade. Neste sentido, observa Fritjof Capra (1983, p.25): “o ambiente natural é tratado como se consistisse em partes separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesse”.

Em seu livro, “O Capitalismo Natural” , o ambientalista norte-americano Paul Hawken (2002, p.2) observa que a revolução industrial que deu origem ao capitalismo moderno expandiu extraordinariamente as possibilidades de desenvolvimento material da humanidade, mas a um custo elevadíssimo: “a partir de meados do século XVIII, destruiu-se mais a natureza que em toda a história anterior”.

Documentos alertando sobre os perigos da exploração desenfreada dos meios naturais são produzidos hoje com maior intensidade que há poucos anos, quase na mesma velocidade da destruição ambiental, e despertam o interesse de parcelas mais amplas da sociedade. Exemplos não faltam. A começar pelos dados compilados pelo WorldWatch Institute (WWI), organização não-governamental (ONG) criada em 1973 e responsável pela publicação “O Estado do Mundo”, considerada a “bíblia” do movimento ambiental global, revisada anualmente. Em seu levantamento de 2003, o WWI relaciona as principais ameaças à sobrevivência da vida na Terra e faz algumas previsões preocupantes. Segundo o

livro, o planeta vive hoje acelerada redução da fertilidade das terras agricultáveis e cerca de 420 milhões de pessoas vivem em países que não dispõem mais de terras agrícolas suficientes para cultivar seu próprio alimento. Até 2025, diz o estudo, a população dos países que precisarão importar alimentos poderá ultrapassar 1 bilhão. Em alguns lugares, o fator de risco será a falta de água. Mais de meio bilhão de pessoas já vivem em regiões propensas à seca crônica; até 2025, o número pode chegar a 3,4 bilhões.

Em entrevista ao jornal ***Gazeta Mercantil***, durante sua passagem pelo Brasil em julho de 2003 (Teixeira, 2003), o fundador do WorldWatch Institute, Lester Brown, alertou para o que considera os dois principais perigos ambientais: as mudanças climáticas e o crescimento da população. Ao mesmo tempo em que o aumento populacional gera maior pressão sobre a produção de alimentos, as altas temperaturas estão reduzindo a produtividade da agricultura. O aumento de 1°C diminuiu o rendimento das lavouras em 10%, segundo o Instituto Agrícola dos Estados Unidos.

Os sinais de alerta estão sendo emitidos a intervalos cada vez mais curtos e, a menos que as pesquisas espaciais dêem um salto inimaginável e descubram, em curtíssimo prazo, outro planeta com as mesmas características de nossa Terra para o qual possamos nos mudar, é provável que tenhamos que encontrar nossas soluções por aqui mesmo.

Como observa o pensador francês Edgar Morin (1992, p.38): “a Terra foi produzida e organizada na dependência do Sol, constituiu-se em complexo biofísico, a partir do momento em que sua biosfera se desenvolveu. Da Terra

nasceu, efetivamente, a vida e, na evolução multiforme da vida multicelular, nasceu a animalidade; depois, o mais recente desenvolvimento de um ramo do mundo animal tornou-se humano. Nós domamos a natureza vegetal e animal, pensamos ser senhores e donos da Terra, os conquistadores, mesmo, do cosmo. Mas – como começamos a tomar consciência – dependemos de modo vital da biosfera terrestre e devemos reconhecer nossa muito física e muito biológica identidade terrena”.

Assim como Morin, Milton Greco descreve um movimento de expansão da consciência humana em sua dimensão planetária contrapondo-se ao que ele classifica como um processo expansionista que convergiu para o que hoje chamamos de globalização. “É quando o ser humano toma consciência do direito à convivência em dimensão global, incluindo os direitos a uma vida saudável em harmonia com a natureza e constrói os princípios de preservação do ambiente e do desenvolvimento sustentável que se consubstanciaram na Carta da Terra (Declaração do Rio de Janeiro – 1992)”. (Medina e Greco, 1998, p.17).

De fato, pode-se constatar que humanidade caminha na direção de uma maior compreensão de sua responsabilidade na preservação do planeta, mas é preciso dar um passo além, um verdadeiro salto quântico na direção de uma mudança mais efetiva. Eduardo Athayde (Bright, 2003 p.X), diretor da UMA – Universidade Livre da Mata Atlântica e do WWI-Worldwatch Institute no Brasil, na introdução do relatório O Estado do Mundo, citando Albert Einstein, afirma: o mundo não vai superar a sua crise atual usando o mesmo modelo que a criou.

Athayde observa que o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como a capacidade de atender às necessidades da atual geração sem

comprometer a sobrevivência das gerações futuras, começa a permear do dia a dia, criando pontes entre o conhecimento, ligando as ciências fragmentadas, estimulando o entendimento da complexa realidade da vida. O WWI-Worldwatch Institute reúne uma ampla equipe de pesquisadores e editores internacionais. Suas publicações são traduzidas para mais de 30 idiomas – inclusive com uma versão brasileira – e são utilizadas em todo o mundo por comunidades, universidades, governos e empresas como são referências para o desenvolvimento sustentável.

Já na versão de 2002, o Estado do Mundo traz dados inquietantes sobre a crescente influência da atividade econômica sobre a degradação ambiental, em especial quanto ao mais grave problema atual: a mudança climática. Segundo o documento (Flavin 2002, p.32), o Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática, um grupo de mais de 2.500 cientistas mundiais alertou em 1996 que se evidenciava uma “influência humana perceptível” na mudança do clima global. O Terceiro Relatório de Avaliação, de 2001, foi mais incisivo “a maior parte do aquecimento dos últimos 50 anos é atribuível à atividade humana”. No início de julho de 2003, outro alerta, ainda mais contundente, veio da Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência das Nações Unidas para assuntos climáticos. Segundo comunicado da OMM, o clima do planeta tornou-se caótico em 2003 e o maior responsável por esta situação é o aquecimento global resultante da ação do homem. O estudo sustenta que as médias mensais e anuais de temperatura vem aumentando gradualmente nos últimos cem anos e aponta que os dez anos mais quentes já registrados desde que se iniciaram as medições ocorreram depois de 1990, sendo que três mais quentes foram 1998, 2001 e 2002.

## O papel das empresas

Considerando a relação entre atividade humana e degradação ambiental e também que grande parte desta atividade se dá por meio das organizações empresariais surge a seguinte indagação: houve um aumento da preocupação dos empresários com as questões ambientais?

Alguns autores, como Camargo, Capobianco e Oliveira sustentam que sim, houve um aumento da preocupação das empresas com a questão ambiental, e indicam como marco desta mudança a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. Neste sentido, ressaltam (2002 p.32): “é inegável que nos últimos anos começou a se alterar a atitude de desconfiança e de enfrentamento entre empresários e órgãos ambientais do governo e grupos de ambientalistas. Essa atitude transformou-se, em muitos casos, no reconhecimento dos impactos socioambientais negativos de muitas atividades empresariais, gerando uma procura por alternativas e a implementação de projetos sociais e ambientais pelas empresas, diretamente ou em parceria com governos comunidades e ONGs.”

Como agentes da atividade econômica, as empresas estão entre os principais atores do processo de degradação e devem ser convocadas a participar ativamente da busca por soluções efetivas para superar esta crise planetária. Um breve retrospecto dos últimos 20 anos confirma que há hoje entre os empresários e executivos de grandes companhias mais consciência da importância do meio ambiente do que há 20 anos. A preocupação das empresas cresce na mesma medida em que aumentam os custos da devastação ambiental e que, no fim das contas, acabarão pesando em seus próprios resultados. Gary Gardner, diretor de

projetos do Worldwatch Institute observa que “as companhias de seguro estavam entre as primeiras a se bandearem com os ambientalistas em debates sobre a mudança climática. A revelação ocorreu com a enxurrada de reclamações de danos causados por tempestades”. (in Flavin, 2002, p.06)

Atualmente, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável são assuntos presentes até mesmo nos mais conservadores redutos empresariais que não conseguem mais dar as costas à necessidade de ações que levem à preservação dos recursos naturais. Até mesmo a indústria petrolífera, a despeito de sua defesa intransigente do uso de combustíveis fósseis realiza, paralelamente, investimentos em projetos de energia alternativa. Uma das maiores corporações do setor de petróleo, o Grupo Shell, criou, em 1997, a divisão Shell Renewables, dedicada a desenvolver projetos de energia renovável.

A percepção de que não é mais possível simplesmente descartar os resíduos industriais no quintal do vizinho porque a sujeira cedo ou tarde acaba voltando à sua porta, como um karma (relação de causa e efeito, segundo a filosofia budista), está levando o meio empresarial a buscar saídas que aliviem a pressão do risco ambiental sobre seus custos. Além do peso dos resíduos industriais, das multas ambientais e dos gastos com a correção de eventuais desastres ambientais sobre o custo de produção, as empresas incorporaram ao seu rol de preocupações o impacto da opinião pública sobre suas atividades.

#### O movimento ambientalista

Se hoje o Brasil já ocupa posição de destaque no cenário internacional nas discussões em torno do respeito ao meio ambiente e na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, muito se deve ao movimento ambientalista

brasileiro. A contar pelo cenário de 30 anos atrás, o que se vê hoje é um avanço considerável tanto na atuação de empresas quando nas ações do governo. Na década de 70 a política desenvolvimentista do governo militar priorizava a atração de investimentos diretos aceitando de bom grado as empresas poluidoras que já começavam a ser rejeitadas em seus países de origem. Segundo artigo do professor e pesquisador Eduardo Viola (1991), na Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil destacou-se pela luta contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental. Esta visão muito particular sobre política industrial do regime militar era compartilhada pelo empresariado local, como ressalta Gonçalves, 2002 p. 14) “as elites dominantes, sem tradição pelo respeito à natureza”.

O movimento ambientalista no Brasil, cujas primeiras manifestações começaram a ocorrer nos anos 70, teve predominantemente caráter de denúncia e de busca da conscientização da população para os riscos da contaminação por pesticidas. Ao longo das décadas seguintes, o movimento amadureceu, ampliando não só as frentes de batalha como buscando maior proximidade com a sociedade de um modo geral e com seus congêneres nos países do Norte, laços que se fortaleceram com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro.

A realização da conferência no Rio de Janeiro representa uma virada na posição do Brasil em relação às questões ambientais se comparado ao posicionamento adotado no encontro de Estocolmo. Como observa Eduardo Viola (1991), na Conferência da ONU em Estocolmo em 1972, o governo brasileiro tinha

liderado muitas das batalhas contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental.

A Rio-92, foi um momento raro, em que várias correntes de pensamento e interesses se cruzaram e se alimentaram mutuamente. Nas palavras do presidente do Worldwatch Institute, Christopher Flavin (Bright, 2003 p. xxiii), a Rio-92 “foi uma conferência desbravadora que deixou a sensação de que tudo era possível”. O encontro foi especialmente marcado pela participação das organizações não governamentais (ONGs) e do setor empresarial. Como conta Charles Holliday (2002, p. 20), do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, os empresários foram ao encontro motivados pela idéia de defender seus interesses, diante do crescimento das pressões sobre os negócios exercidas pelos ambientalistas em todo o mundo.

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável é uma coalizão de 160 empresas internacionais unidas por seu comprometimento em comum com o desenvolvimento sustentável por meio dos três pilares representados pelo crescimento econômico, equilíbrio ecológico e progresso social. Seus membros são oriundos de mais de 30 países e de 20 importantes setores de atividade.

O efeito mais imediatamente visível do envolvimento direto do setor empresarial nas discussões travadas ao longo da Rio-92 foi a percepção do grande potencial de ganho de imagem que a adoção de algumas práticas voltadas à preservação do meio ambiente teria, mas há relatos de avanços mais consistentes, como salientam Camargo, Capobianco e Oliveira (2002, p.17): “a Rio-92 constitui-se num marco histórico nas discussões sobre a necessidade de

implementação de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável em escala planetária. Este debate repercutiu profundamente no Brasil”.

Embora a Rio-92 tenha sido um referencial no processo de mudança na abordagem das questões ambientais pelos empresários, a visão predatória predominante do setor já manifestava sinais de arrefecimento no início dos anos 90, como afirmam Kishiname, Grajew, Itacarambi e Weingrill (in Camargo, Capobianco e Oliveira, 2002, p.379): “até a década de 1960, a percepção dominante no setor industrial era que os ambientes naturais constituíam, ao mesmo tempo, fontes inesgotáveis de matérias-primas e desaguadouros infinitos dos rejeitos e emissões fluidas dos processos industriais. (...) O período imediatamente pós-Rio 92 abriu espaço para que novas visões dos processos produtivos passassem a ser consideradas pelo setor empresarial.”

Ao longo dos anos 90, houve uma sensível mudança na percepção de uma parcela dos empresários sobre o meio ambiente, conduzida basicamente pela constatação de que os custos da degradação ambiental ameaçam o lucro (pressões da sociedade na forma de boicotes às empresas poluidoras, pressões governamentais, na forma de multas). Ao mesmo tempo, cresceu a percepção de que incluir o cuidado com o meio ambiente nos processos produtivos não apenas contribui para elevar a competitividade como também propicia a geração de novos negócios. Os representantes do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável admitem: “os negócios são parte integrante da sociedade, tanto quanto os peixes são elemento natural dos mares. Desta forma,

os preços dos bens e serviços deveriam refletir todos os custos necessários para sua produção: financeiros, ambientais e sociais”.

Uma parcela do setor empresarial passou, a partir do início da década de 90, a incorporar em suas práticas negociais uma visão mais abrangente, a da necessidade de se pensar no futuro de maneira sustentável. Esta visão resultou na fundação, em 1991, da Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, reunindo empresas que pretendem pautar sua atuação pelo critério da sustentabilidade. Da mesma forma, os movimentos ambientalistas nacionais que em seu início tinham o foco na denúncia dos crimes ambientais, incorporaram a noção de sustentabilidade em suas ações. “O ambientalismo brasileiro - que surgiu na década de 70 com a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) - tinha como principal foco de atuação a denúncia e a perspectiva da conscientização pública. No início da década de 90, o objetivo central passou a ser a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado, incorporando o conceito de desenvolvimento sustentável (Viola, 1991).

#### O papel da imprensa

A partir deste quadro geral, surge a nossa problemática: como um jornal voltado para o meio empresarial tratou o tema ambiental a partir da Rio-92?

Dez anos separam a edição da Rio-92 da Rio+10, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002, o que torna o momento propício para uma avaliação das diferentes formas de tratar o tema ambiental pela mídia voltada para o setor empresarial. Os meios de comunicação foram parte importante deste processo e a forma como um jornal que se articula com o pensamento desta

parcela da sociedade tratou o tema ao longo do período é fator fundamental para a compreensão do cenário atual. Desta forma, o tema desta pesquisa é a análise da produção editorial da **Gazeta Mercantil** entre os dois eventos de caráter global voltados para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a Rio-92 e a Rio+10.

A cobertura jornalística dos temas ambientais ao longo da década de 90 foi marcada pela fragmentação. Como conclui Ramos (1995, p.148): “a veiculação de matérias sobre as questões ambientais pelos grandes meios de comunicação de massa se processa, ainda, de forma fragmentada e depende de eventos especiais, como a Rio 92, para se consolidar como notícia. Em seu estudo, Ramos pesquisou os dois principais jornais de São Paulo – O **Estado de S. Paulo** e a **Folha de S. Paulo** – entre 1<sup>o</sup> de junho de 1991 e 15 de dezembro de 1992. Ele também constatou que no período, houve predominância de temas como produtos de “caráter ecológico”, sobrepondo-se ao tema desenvolvimento sustentável.

Ramos (p. 14) salienta que “o domínio da informação está diretamente ligado ao poder de interferir e reorientar as relações humanas e da sociedade com a natureza. Portanto, é com grande influência dos meios de comunicação que a humanidade, hoje, toma contato com os problemas ambientais e procura rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e sua atuação no meio ambiente” .

Wladimir Netto Ungaretti (1998, p.105), que estudou a relação entre empresariado e ambientalismo, tendo como suporte matérias publicadas pelo jornal **Gazeta Mercantil** no ano de 1993, logo após a realização da Rio-92, observa que o jornal traduz com coerência o peso atual atribuído às questões ambientais: “a **Gazeta Mercantil**, ideologicamente, traduz as questões do universo

ambientalista para o universo empresarial. Esta tradução se faz através de uma visão empresarial ambientalizada das questões relativas à sustentabilidade”.

Entendemos, finalmente, que a análise da cobertura jornalística da **Gazeta Mercantil** pretende trazer uma contribuição ao debate sobre a relação das empresas com as questões ambientais.

## CAPÍTULO II

### Crise ambiental, herança maldita do século XX?

*Pensamos ser senhores e donos da Terra, os conquistadores, mesmo, do cosmo. Mas – como começamos a tomar consciência – dependemos de modo vital da biosfera terrestre e devemos conhecer nossa muito física e muito biológica identidade terrena.*

*Edgar Morin*

A batalha parece perdida. Aparentemente, não se vê no horizonte sinais de outro destino para a humanidade que não o da autodestruição. As lições do século XX não parecem fazer eco nas consciências dos homens e mulheres e o mundo segue em direção ao século XXI sem refletir seriamente sobre o significado de seu legado de morte e destruição e ignorando a possibilidade de mudança. O homem, esta pequena partícula de poeira cósmica, a última grande invenção da natureza, o mais terrível predador do planeta, está a ponto de destruir seu próprio lar.

A crise ambiental surge como a pesada herança do século XX e o grande desafio a ser enfrentado no novo milênio pelos membros da espécie humana. Apesar dos sinais óbvios sobre o risco da degradação ambiental e social à continuidade da vida humana na Terra, a associação consciente da humanidade na direção de um futuro comum parece mais distante hoje do que há pouco mais de dez anos, quando, em 1992, uma onda de esperança varreu o mundo, a partir da realização da Rio-92. De repente, descobrimo-nos todos irmãos e atores de uma mudança possível. A crise ambiental, ao deixar de ser um fenômeno local,

tornou visível ao homem a possibilidade de perceber que estamos todos no mesmo barco. Neste sentido, observa Morin (2003 p.33): “progressivamente fomos nos dando conta, nos anos 1980, que o desenvolvimento tecno-industrial determina degradações e poluições múltiplas, e hoje a morte paira na atmosfera, prometida no aquecimento devido ao efeito estufa. Assim, uma morte de um novo tipo se introduziu na esfera de vida da qual faz parte a humanidade”.

A Rio-92 (Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro) foi um momento raro, em que várias correntes de pensamento e interesses se cruzaram e se alimentaram mutuamente. Foi o primeiro encontro realmente global, onde representantes da sociedade tiveram vez e voz (embora não tivessem direito a voto). Se na Conferência de Estocolmo, em 1972, o enfoque era na participação de representantes dos governos de 113 países, na Rio-92, além da maior presença governamental, com representantes de 185 países, houve maciça participação das organizações não-governamentais (ONGs) e do setor empresarial, duas forças aparentemente antagônicas.

Mais de dez anos depois deste encontro que marcou a humanidade, ou pelo menos boa parte dela, as ONGs e os empresários estão muito mais próximos do que poderiam supor os participantes do evento na ocasião. O antagonismo que parecia marcar o confronto destes dois segmentos da sociedade foi substituído, em boa parte, pela colaboração. Hoje, a maioria das ONGs encontra nas empresas uma fonte indispensável de recursos, e raras são as que ainda tentam sobreviver independentes do capital corporativo. E as empresas aprenderam a usar o meio ambiente a seu favor, principalmente como estratégia de marketing,

mas também com o desenvolvimento de produtos “ecológicos”, atentos a uma crescente demanda do mercado consumidor.

A despeito da intenção dos empresários, que foram ao encontro motivados pela idéia de defender seus interesses, diante do crescimento das pressões sobre os negócios exercidas pelos ambientalistas em todo o mundo, o envolvimento direto do setor empresarial nas discussões travadas ao longo da Rio-92 fez com que a idéia inicial fosse “contaminada” por uma visão menos defensiva. Os empresários perceberam, em um primeiro momento, o grande potencial de ganho de imagem que a adoção de algumas práticas voltadas à preservação do meio ambiente teria. Mas houve avanços mais consistentes. Para os empresários, “a Rio-92 constitui-se num marco histórico nas discussões sobre a necessidade de implementação de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável em escala planetária. Este debate repercutiu profundamente no Brasil”. (Camargo, Capobianco e Oliveira, 2002 p.17)

A partir da Rio-92, o conceito de desenvolvimento sustentável, introduzido pelas Nações Unidas muito antes, em 1987, foi incorporado também por boa parte dos ambientalistas, diante da constatação da dificuldade de se tentar impor uma mudança radical a curto prazo na estrutura da sociedade de consumo. Aceitar os princípios do desenvolvimento sustentável e tentar uma transformação paulatina a partir deles foi a maneira que muitas entidades ambientalistas encontraram para continuar trabalhando na direção de uma mudança mais efetiva a longo prazo.

A dificuldade de se admitir uma verdadeira transformação no modo como a humanidade vem se desenvolvendo ao longo dos séculos em prol de um futuro comum tem raízes mais profundas e não se trata de uma exclusividade do mundo

empresarial: está impregnada em toda a cultura ocidental, orientada pela infalibilidade do progresso. Como salienta Edgar Morin (2003, p.75): “a idéia do progresso necessário, irresistível, apresentou-se até hoje como a mais racional das idéias porque, de um lado, inscrevia-se numa concepção de evolução que avançava do inferior ao superior, e, de outro, porque os progressos da ciência e da técnica impulsionavam por eles mesmos o progresso da civilização. Assim, o progresso era identificado com a própria marcha da história moderna. Mas esse progresso seguro era um mito que suscitou uma fé”.

Esta visão de progresso coloca também o homem no topo na escala de valores, fornecendo as bases para as ações empresariais motivadas pela certeza de que a natureza, separada do homem, aí está para ser dominada e moldada aos interesses e necessidades da humanidade. “O ambiente natural é tratado como se consistisse em partes separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesse” (Capra,1983 p.25). Referindo-se ao período de vigoroso progresso econômico verificado nos anos 1960 nos países industrializados, Hobsbawm (1995, P.257) relata: “A ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço de humanidade. (...) A industrialização nos países socialistas foi por isso particularmente cega às consequências ecológicas da construção maciça de um sistema industrial algo arcaico, baseado em ferro e fumaça. Mesmo no Ocidente , o velho lema do homem de negócios do século XIX, “Onde tem lama, tem grana” (ou seja, poluição quer dizer dinheiro), ainda era convincente”.

Até a década de 1960, a ideologia do progresso justificava as ações predatórias empresarias e a percepção dominante no setor industrial era que os

ambientes naturais constituíam, ao mesmo tempo, fontes inesgotáveis de matérias-primas e desaguadouros infinitos dos rejeitos e emissões fluidas dos processos industriais. Kishiname, Grajew, Itacarambi e Weingrill (in Camargo, Capobianco e Oliveira, 2002, p.379) lembram que “o período imediatamente pós-Rio-92 abriu espaço para que novas visões dos processos produtivos passassem a ser consideradas. Esta “nova visão” em relação ao meio ambiente encampada por uma parcela dos empresários a partir das discussões da Rio-92 deve-se muito à constatação de que os custos da degradação ameaçam o lucro. Como fatores complementares temos a pressão das entidades ambientalistas, na forma de boicotes às empresas poluidoras, e a criação de uma legislação específica voltada para o controle das emissões .

As soluções para a atual crise ambiental parecem apontar todas na mesma direção, a do desenvolvimento de novas tecnologias cada vez mais limpas e que resolveriam de forma definitiva os problemas dos resíduos do processo produtivo. No entanto, ao identificar a causa da crise ambiental que ameaça o planeta apenas como uma questão técnica, esta visão apresenta somente uma parte do problema.

A maioria das abordagens da discussão sobre a crise ambiental parte do resultado de um conteúdo material representado pela a poluição, a depredação, o excedente de população. A produção mesma, basicamente em relação à sua forma social, não é discutida. Considera-se a produção algo exclusivamente técnico (ser humano-natureza), aistórico. Nunca se questiona a ligação entre a forma social e o processo técnico.

No entanto, a evolução da espécie humana conta-nos outra história, seu desenvolvimento ocorreu por meio das associações o que também significa exclusão. Como ressalta Foladori (2001, p.64), a associação entre os seres humanos percorreu um longo caminho de separação e opressão. Nas sociedades de caça, pesca e coleta, os humanos excedentes eram expulsos da tribo; nas sociedades escravistas, os subjugados eram tratados como se fossem de outra espécie; nas sociedades despóticas, tributárias e servis, os homens eram submetidos pela força; na sociedade capitalista, a submissão se dá pelo mercado. Uma vez surgidas as sociedades de classe, a dominação e a exploração de uma classe sobre outras se traduzem, simultaneamente, num comportamento de dominação e exploração.

O autor considera que não discutir a forma social de produção no momento em que a crise ambiental atinge escala mundial e traz impactos de longo alcance temporal sobre a biosfera e a espécie humana é uma atitude totalmente classista, porque implica, ainda que por omissão, supor que a forma capitalista é a única possível, contra o que assinala a história da humanidade. Nesse caso, está-se defendendo uma determinada maneira de distribuição dos meios de produção e, com isso, de acesso diferenciado à natureza. Neste sentido, o autor salienta que (2001, p.210): “as relações capitalistas implicam determinadas leis de comportamento em relação ao ambiente. A busca do lucro como objetivo em si da produção capitalista favorece a produção capitalista ilimitada. Isso não é intrínseco à natureza humana, como supõem a teoria econômica neoclássica e a keynesiana, que identificam o que é próprio de um momento histórico como algo genérico da espécie humana.”

Desta forma, a concentração de renda, um dos efeitos mais perversos da acumulação capitalista, seria um dos principais causadores do atual estágio de desequilíbrio social e econômico que, por sua vez, tem uma estreita relação com a qualidade ambiental. As desigualdades sociais não tendem a distanciar apenas os países ricos dos pobres, mas também os habitantes ricos e pobres de cada país.

De acordo com o estudo do Worldwatch Institute (WWI) publicado no site da entidade em 01/09/2003, em 1960, o Produto Interno Bruto (PIB) dos 20 países mais ricos era 18 vezes maior do que o dos 20 países mais pobres. Em 1995, o PIB dos países mais ricos já era 37 vezes maior que o dos 20 mais pobres. Nos Estados Unidos – o país com mais desigualdades sociais internas, dentre as nações ricas – mais de 30% da renda está nas mãos dos 10% mais ricos da população, enquanto os 10% mais pobres detém somente 1,8% da renda. De acordo com o estudo: “A incapacidade do mundo de reduzir os níveis de pobreza está contribuindo para a instabilidade global, na forma de terrorismo, guerras e doenças contagiosas. E a degradação ambiental está exacerbando a pobreza, contribuindo ainda mais para tal instabilidade”.

A relação entre concentração de renda e crise ambiental não é ignorada pelo capital industrial e financeiro. Se, por um lado, os investimentos feitos nos últimos anos pelas empresas na direção de práticas de produção mais limpa respondem a pressões dos custos, da busca por competitividade e das cobranças da sociedade, não se pode esquecer que qualquer movimento realizado pelo capital visa, em primeiro lugar, a preservação do lucro.

O desenvolvimento sustentável, entendido como a capacidade de atender às necessidades da atual geração sem comprometer a sobrevivência das

gerações futuras, seria na verdade uma resposta do próprio capitalismo, como alternativa de sobrevivência de seu modo de produção, que pode ser ameaçado pelo crescimento da pobreza. A lógica do capitalismo, que só pode sobreviver pela acumulação de lucro, ou seja, pela exclusão, não teria, portanto, como atender os conceitos do desenvolvimento sustentável em toda sua dimensão.

A solução para a crise ambiental que atinge todo o planeta e ameaça a vida na Terra exige muito mais que mudanças nos processos produtivos das empresas. Exige uma transformação do homem que ultrapasse o viés econômico, que saia da discussão entre capitalismo e socialismo, este último também ancorado na idéia de progresso.

A salvação da Terra, e de todas as criaturas, demanda uma transformação do homem. É dele a responsabilidade maior, pois é o único que detém o poder de destruir a si e todas as outras formas de vida e, por isso, é o que tem a chance de virar a página da evolução e, como diz Edgar Morin, passar da espécie humana à humanidade.

Ao longo da história da civilização, a ignorância, a cobiça e o medo convivem com a esperança, a fé e a coragem e, mesmo hoje, existem exemplos de que nem todos estão entorpecidos.

O sociólogo Octavio Ianni identificava no momento atual a emergência de uma ruptura de paradigma. Para ele, no mundo moderno as revoluções científicas podem ser vistas como acontecimentos contemporâneos de revoluções culturais, filosóficas e políticas. Em entrevista publicada pelo jornal da Unicamp em abril de 2003, ele expunha sua visão sobre o assunto: “estou convencido de que nessa

época da história, no fim do século 20 e no começo do século 21, nós estamos metidos numa grande ruptura histórica”.

Ianni via nos os movimentos populares, como os protestos ocorridos em 2003 contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, a confirmação de sua percepção de que “o povo passou a fazer parte da história de uma maneira nova”. Contra a mentalidade sistêmica, desta guerra (que supõe que o outro vai se ajustar aos comportamentos que são previstos por aqueles que estão tomando as decisões) se contrapõem os protestos pacifistas que “pregam outras formas de ver o mundo”.

O ataque norte-americano e a mobilização de energias nas manifestações contrárias ao conflito são parte de um mesmo movimento e exemplos vivos do encontro de dois processos expansionistas que, segundo Milton Greco (1998, p.15) marcam o planeta desde o final do século passado: o da globalização e o da expansão planetária da consciência humana: “neste momento, o planeta se inquieta diante do encontro de dois processos expansionistas: o da globalização e o da expansão planetária da consciência humana”.

No entanto, autor pondera (1998, p.18): “o processo de globalização, visto como uma consequência do expansionismo universal, é inevitável. O que não é inevitável é a globalização como mito produtor de uma receita planetária uniforme, para ser seguida por todos, desprotegendo a economia, a sociedade e a cultura dos países periféricos, criando ilhas de prosperidade cercadas por oceanos de pobreza em quase todos os países do mundo”.

Não faltam exemplos de que humanidade, pelo menos uma parte dela, caminha na direção de uma maior compreensão de sua responsabilidade na

preservação do planeta, mas é preciso dar um passo além, um verdadeiro salto quântico na direção de uma mudança verdadeira, para todos.

## CAPÍTULO III

### Jornalismo e meio ambiente

A busca por informação sempre fez parte da atividade dos habitantes da Terra, das estruturas mais primitivas até os seres humanos. Durante sua longa jornada em direção do domínio do planeta, o homem foi desenvolvendo sistemas de comunicação cada vez mais sofisticados, em linha com a complexidade crescente de suas organizações. Cada passo em direção ao desenvolvimento fazia aumentar a necessidade de buscar informações sobre os eventos ocorridos dentro da própria tribo, com os vizinhos e, principalmente, com as tribos rivais.

Vale dizer que o acúmulo de informações foi um dos fatores que permitiu à espécie humana ocupar praticamente todos os espaços do planeta. Não importam as condições, no calor do deserto, no frio das geleiras, no meio da selva, o homem sempre encontra uma maneira de se instalar. A história da relação humana com o ambiente é formada por relatos de adaptação, transformação, destruição, reconstrução. Ao longo desta viagem, a transmissão das informações, a comunicação dos fatos e experiências aos demais membros do grupo foi forte aliada, solidificando as chances de sobrevivência da espécie. Neste sentido, cabe lembrar Kunczk ( 2002, p.71), citando Lasswell:

Lasswell (1948 p. 118) classifica como funções da comunicação de massa a observação do ambiente, revelando as ameaças e oportunidades que afetam os valores da comunidade e as partes que a compõem; a correlação dessas partes

na sociedade responde ao ambiente e à transmissão do patrimônio social de uma geração para outra.

No globalizado mundo de atual, marcado pela velocidade estonteante com que os acontecimentos atravessam o planeta e mais e mais pessoas acompanham os fatos “em tempo real”, no instante mesmo em que se desenrolam, o jornalismo se distingue da simples transmissão da informação bruta, disponível e farta, considerada hoje quase como uma mercadoria padronizada. Do jornalismo se exige mais, se pede que processe e dê sentido a toda essa massa de informações e as torne aproveitáveis em um mundo carente de tempo para reflexão.

Segundo Kovach e Rosenstiel, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. (2003 p. 31)

Na mesma direção, alerta Jobim, “o que o leitor exige do jornalista é que este lhe explique, enciclopédica e profeticamente, tudo o que de significativo está acontecendo e vai acontecer”. (2003, p.43)

Segundo observam Kovach e Rosenstiel (2003 p.36):

“As pessoas precisam de informação por causa de um instinto básico do ser humano que chamamos de Instinto de Percepção. Elas precisam saber o que está acontecendo do outro lado do país e do mundo, precisam estar a par de fatos que vão além de sua própria experiência. O conhecimento do desconhecido lhes dá segurança, permite-lhes planejar e administrar suas próprias vidas”

Em suas pesquisas, Kovach e Rosenstiel (p.22) chegaram alguns princípios comuns aos jornalistas e que classificaram como “os elementos do jornalismo”, são eles:

- 1- A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
- 2- Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
- 3- Sua essência é a disciplina da verificação.
- 4- Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
- 5- O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
- 6- O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
- 7- O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
- 8- O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
- 9- Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

Já o pesquisador e jornalista Manuel Carlos Chaparro, recorre a Albertos para analisar a distinção entre o jornalismo e as demais atividades do ramo da comunicação: “Albertos tipifica a comunicação de massa em quatro variantes. E usa como critério diferenciador os *propósitos* ou *motivos sociais* que determinam o tratamento dado à informação. A *intenção* que controla o *fazer* é gerada, portanto, pelo estímulo do *propósito* ou pela orientação do motivo. É a seguinte a classificação criada por Albertos:

- 1) Informação de atualidade, ou jornalismo, que tem como fim específico “a difusão objetiva de fatos através da informação e interpretação dos acontecimentos que são notícia”.
- 2) Propaganda, cujo fim específico é a “difusão de idéias ou doutrinas pela via da sugestão emotiva, para alcançar certo grau de coação sobre os receptores”, tendo em vista interesses da pessoa ou entidade emissora.
- 3) Anúncio ou publicidade comercial, que “difunde mercadorias entre os consumidores, num regime de mercado competitivo”, para vender.
- 4) Relações públicas, das quais o fim específico é a “difusão parcial de fatos e idéias relacionadas com uma atividade ou serviço, com o objetivo de criar um clima de cordialidade pública favorável a esse serviço”. (1994 p. 17)

À classificação de Albertos, Chaparro acrescenta duas observações de natureza conceitual. A primeira extraída de Marques de Melo, para quem jornalismo, propaganda e relações públicas “são atividades informativas essencialmente diferentes” tendo como fronteira o território da *persuasão*. “Enquanto a propaganda e as relações públicas processam mensagens que pretendem persuadir e levar os cidadãos à ação, adentrando muitas vezes o espaço do imaginário e apelando para o inconsciente, o jornalista atém-se ao real”. (idem)

Lage (2002 p.22) é outro autor que reforça a importância do jornalismo enquanto tradutor de discursos: “a sociedade moderna é composta de especialistas. Quem atua em um campo profissional ou tem determinado tipo de vida desenvolve conhecimentos muito profundos da especialidade ou de sua área de interesse, mas tende a ignorar o que se passa nas outras especialidades e

áreas. Como, na prática, profissões e atividades se interligam cada vez mais, é através do jornalismo que a informação circula, transposta para uma língua comum e simplificada, menos precisa mas com potencial bastante para permitir julgamentos e indicar caminhos de investigação a quem estiver interessado. A informação torna-se, portanto, matéria-prima fundamental e o jornalista um tradutor de discursos, já que cada especialidade tem jargão próprio e desenvolve seu próprio esquema de pensamento”.

Tendo em vista estes e tantos outros conceitos sobre jornalismo, vamos abordar agora aquele que tem como foco o meio ambiente.

O jornalismo moderno, que começou a se desenvolver no início do século 17, em lugares públicos, onde os donos desses estabelecimentos estimulavam os viajantes a relatar o que tinham visto e ouvido durante sua jornada, desde cedo tendia à especialização. Kovach e Rosenstiel (p. 37) nos lembram que “na Inglaterra havia cafés especializados em informações específicas. Os primeiros jornais saíram desses cafés por volta de 1609, quando tipógrafos mais atrevidos começaram a recolher informações, fofocas e discussões políticas nos próprios cafés, depois imprimindo tudo”.

De certa forma, já em seu nascedouro, os jornais passaram a reproduzir os fatos do mundo de maneira segmentada, procurando seguir o que se supunha fosse de interesse de seus leitores. A política, a economia, as fofocas, as artes, os esportes, ciência, tecnologia, têm seu público e cobertura especializada, muitas vezes, mas não necessariamente, dividida em editorias, o que favorece a organização da cobertura pelos jornalistas e o acompanhamento pelos leitores.

A discussão de temas ecológicos pela sociedade começou a tomar forma a partir da década de 1960. Um dos marcos do despertar de parte da sociedade para o fato de que ecologia não era um conceito vago, restrito à florestas e animais em locais distantes como a África ou a Amazônia, foi a publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), pela bióloga norte-americana Rachel Carson.

Ainda de acordo com Kovach e Rosenstiel (p. 177); “no princípio do século 20 uma nova geração de jornalistas conhecidos como “muckrakers”, especialistas em denunciar as mazelas oficiais, exigia reformas nos níveis local, estadual e federal. (...) Uma das “muckrakers” mais conhecidas foi Rachel Carson, cujas revelações sobre os efeitos do envenenamento por pesticidas em seu livro *Silent Spring*, de 1962, propiciou o aparecimento de um movimento internacional para proteger o meio ambiente.

No Brasil, as primeiras manifestações de ambientalistas começaram a ocorrer nos anos 70, a partir de denúncias e da busca de conscientização da população para os riscos da contaminação por pesticidas. No rastro das denúncias começou a desenhar-se a cobertura de temas ambientais pelos meios de comunicação brasileiros. A resistência de editores e donos dos grandes veículos foi testada pela persistência de vários jornalistas, empenhados em tornar públicas essas denúncias.

Segundo o jornalista Roberto Villar Belmonte (Belmonte in Vilas Boas, 2004 p. 21), o primeiro a se destacar na cobertura ambiental foi Randau Marques, do *Jornal da Tarde*. Belmonte cita também a edição especial da revista *Realidade* sobre as cidades, publicada em 1972, como um dos melhores exemplos de cobertura ambiental dentre os pioneiros do jornalismo ecológico no Brasil.

Mais de três décadas depois do surgimento das primeiras denúncias de desastres ambientais, a cobertura de meio ambiente pela imprensa brasileira parece ter avançado muito pouco. As reportagens se intensificam quando ocorrem tragédias de grandes proporções, mas não se vê um acompanhamento diário e periódico dos desdobramentos destes eventos a longo prazo. Da mesma forma, é quase inexistente uma cobertura preventiva, que aponte os potenciais riscos ambientais a nos espreitar. Como observa Ramos (1995, p. 148): “a veiculação de matérias sobre as questões ambientais, pelos grandes meios de comunicação de massa se processa, ainda, de forma fragmentada e depende de eventos especiais, como a Rio-92, para se consolidar como notícia”.

A jornalista Eliana de Souza Lima, especialista em jornalismo científico pela Unicamp, lembra que a partir da realização da Rio-92, a imprensa começou a noticiar mais sobre o meio ambiente, “importante demais para que a mídia o ignore”. Citando Alberto Dines, ela afirma:

“somos todos responsáveis pelos efeitos de nosso trabalho e das nossas intervenções no processo”, Lima defende a responsabilidade da mídia no processo de aumento de conscientização da população acerca dos problemas ambientais, “a mídia precisa se conscientizar ela mesma que o que publica ou veicula vai afetar diretamente a vida do cidadão”. (LIMA, 2001 p.15)

Lima também critica o abandono do tema ambiental passada a “febre” da Conferência das Nações Unidas ocorrida no Brasil: “durante a Rio 92 e no ano subsequente, os grandes veículos mantinham setoristas nas dependências do Ibama. Passada a moda, o assunto perdeu espaço. Os cadernos especiais transformaram-se em seções, e em seguida subseções”. (idem).

---

Apesar das críticas feitas por alguns estudiosos em torno da imprensa ambiental, a situação parece não ter mudado. O jornalista e pesquisador Eduardo Geraque afirma que “a imprensa brasileira e mundial ainda não despertou para o jornalismo ambiental. Uma cobertura recorrente, aprofundada e multifacetada praticamente inexistente”. (Geraque in Vilas Boas, 2004, p.93)

Geraque reforça a necessidade de a imprensa ampliar seu papel na cobertura de temas ambientais, função que deve ir além de simplesmente informar: “o papel da imprensa pode ser resumido em dois pontos básicos, por mais desgastados que possam parecer: investigar e cobrar, sempre tendo como objetivo falar para a sociedade como um todo”. (idem, p.95).

Em entrevista concedida à pesquisadora, o jornalista Washington Novaes, pioneiro do jornalismo ambiental, reforça a tese de que a cobertura de temas ambientais deve ser tratada com toda a complexidade que o tema exige: “a comunicação precisa tomar consciência de que o meio ambiente precisa estar no princípio e no centro de tudo, porque todas as ações humanas têm impactos no solo, na água, no ar e entre os seus vivos. É impossível tratar dos temas econômicos, sociais, políticos, culturais, sem tratar das relações com essas questões. E as políticas públicas e empreendimentos privados também não têm como escapar a elas”.

A necessidade de uma cobertura mais completa dos temas ambientais foi apontada por uma pesquisa (Lemos, 1997 p.09) realizada com jornalistas dos jornais **Zero Hora** e **Correio do Povo**: “existe a necessidade das empresas de mídia impressa possuírem em seus quadros funcionais formadores de opinião que

realmente conheçam o tema e consigam realizar a atividade de não somente denunciar, mas também propor soluções e alternativas para os casos”.

Segundo os autores do estudo, “os formadores de opinião precisam ter certos conhecimentos teóricos e técnicos, para que tratem os temas referentes ao meio ambiente de forma adequada, sem preconceitos ou paixões, mas sim embasados em conhecimento”. (idem)

Para o jornalista Roberto Villar Belmonte (p.22), ainda existe preconceito nas redações com relação aos temas ecológicos: “As reportagens quase sempre são fruto do interesse e da curiosidade do próprio jornalista. Dificilmente resultam de uma decisão das chefias, pois o *status* editorial ainda não é proporcional ao tamanho da crise ecológica planetária. Talvez pela complexidade dos assuntos e pela ainda incipiente presença do jornalismo ambiental nas faculdades de Comunicação Social”

Em outro texto (1997), Belmonte também critica a apropriação do tema ambiental pela empresas. Para ele, “o meio ambiente é o centro de uma disputa de poder na qual os empresários estão conseguindo roubar a bandeira dos movimentos ecológicos”. Ele observa que as palavras de ordem agora são custo ambiental e parceria e as empresas não só descobriram que podem ganhar muito dinheiro fazendo o que os ecologistas vem dizendo há décadas, como perceberam que evitar o desperdício e implantar tecnologias limpas é uma questão de sobrevivência no mercado globalizado.

Para outros profissionais, porém, a relação entre meio ambiente e economia não deve ser ignorada, muito menos desprezada, ao contrário, deve ser objeto de exame. Para a jornalista Regina Scharf (in Vilas Boas, 2004 p.51),

especializada em meio ambiente, a crítica vai para os próprios jornalistas: “Os profissionais da imprensa cotidiana, em geral, relutam em reconhecer a importância dos aspectos ambientais na economia. Ainda são poucos os jornalistas que cobrem a questão de forma criativa e conseqüente, que enxergam, estudam e exploram as múltiplas conexões existentes entre a natureza e o mundo do dinheiro, do comércio exterior ao sistema financeiro”

Uma pista para o entendimento da origem da resistência de alguns setores em associar as questões ambientais à economia é fornecida pelo jornalista André Trigueiro (2003, p. 84): “O fato é que o jornalismo ambiental ameaça os interesses das empresas públicas ou privadas que agem na contramão da sustentabilidade. Para essas empresas, uma exposição ruim na mídia pode desencadear uma sucessão de desastres que vão de um ligeiro arranhão na imagem à perda de credibilidade – com eventuais impactos no faturamento e na cotação das ações no mercado de bolsa. A maquiagem verde – *marketing* ambiental que constrói uma imagem ecologicamente correta sem a devida contrapartida no mundo real – vem se consolidando como uma alternativa para os executivos que agem de má-fe.

#### A cobertura ambiental da Gazeta Mercantil

A ***Gazeta Mercantil***, foi o primeiro jornal de circulação nacional a criar uma editoria específica para a cobertura de temas ambientais. Fundado em 1920, o jornal começou a ganhar destaque nacional na década de 1970 na época do “milagre econômico”, período desenvolvimentista patrocinado pelo governo militar. Nos anos 80, houve uma grande expansão no número de editorias fixas criadas como um desdobramento de seções já existentes. ( LACHINI, 2000, p. 98).

---

A editoria de meio ambiente do jornal foi um “filhote” da editoria de Legislação. O Brasil passava por um período de aprimoramento da legislação ambiental e uma intensificação da fiscalização por parte dos órgãos ambientais, fato que provocou um aumento na quantidade de notícias, ampliando o interesse das empresas pelo assunto. É desta época a criação da figura do Estudo de Impacto ambiental (1986) e a introdução no texto da nova Constituição brasileira, em 1988, de um capítulo específico sobre o meio ambiente, considerado bastante avançado pelos especialistas e até mesmo ambientalistas.

Como jornal especializado em economia e negócios e voltado para o meio empresarial, seus responsáveis logo perceberam a pertinência de se criar um espaço para desenvolver matérias também tratando de oportunidades de negócios e serviços ambientais,. Como observa Ungaretti (1998, p.44):

“A página de meio ambiente, criada a partir do segundo semestre de 1988, sem dúvida nenhuma, constituiu-se num importante marco, pois, pela primeira vez, um veículo da grande imprensa, voltado para o segmento empresarial, passou a abordar os problemas ambientais assumindo, portanto, uma posição inovadora”.

A jornalista Regina Scharf , que trabalhou na **Gazeta Mercantil** entre 1989 e 1992 e entre 1997 e 2001, lembra que o jornal manteve a editoria de meio ambiente de 1988 até 1994, com a publicação de uma página diária, em média, dedicada ao tema. Segundo ela (Scharf in Vilas Boas, 2004, p.60), em 1992, a editoria de meio ambiente tinha uma equipe de quatro jornalistas na redação paulista – editora, subeditor e duas repórteres – e um repórter na sucursal do Rio.

---

Apesar de sua posição inovadora, durante uma reformulação realizada em 1994, o jornal extinguiu a editoria fixa de meio ambiente: “Desde então, o espaço foi desmantelado e a cobertura ambiental passou a ter altos e baixos. Em 2003, por exemplo, não havia nenhum profissional destacado para cobrir com exclusividade o tema”. (idem)

Em questionário respondido especialmente para esta pesquisa, o jornalista Klaus Kleber, na **Gazeta Mercantil** há cerca de 30 anos, onde já chegou a ocupar a chefia da redação e hoje atua como articulista e editorialista, salienta que, apesar de o jornal não contar mais com uma editoria fixa de meio ambiente, o tema continua tendo alta prioridade na cobertura diária. Segundo o jornalista, em face do enxugamento geral por que passou o jornal, optou-se, dentro de um novo projeto gráfico, por focalizar as questões ambientais em editorias específicas. “A editoria de Energia, especificamente, é denominada Energia e Saneamento. Problemas de meio-ambiente, contudo, são tratados habitualmente pelas editorias de Nacional, Indústria, Transportes & Logística, Comunicação, bem como pela Gazeta do Brasil, que tem edições específicas para as quatro grandes regiões do Brasil”. (anexo 01)

Embora adotada mais por uma questão estrutural que de filosofia, esta postura do jornal está, de certa forma, em linha com as mais recentes propostas de jornalistas especializados e de ambientalistas. Para eles, a cobertura de temas ambientais não deve ser segregada a um espaço específico, pois o meio ambiente permeia todos os aspectos da vida e sua cobertura deve ser feita de maneira integrada, abarcando toda a sua complexidade.

---

Um dos defensores da tese de que não se deve destinar um espaço específico ao meio ambiente em jornais e revistas é uma dos pioneiros do jornalismo ambiental brasileiro, o jornalista Anthony de Christo, que acompanha a área desde os anos 60, posição defendida já na década de 1970, quando era editor de ciências da revista *Veja*. “A questão ambiental está substancialmente atracada com a vida das pessoas e das comunidades humanas. Faz parte da história, da cultura, da religião, da política e, especialmente, da cidadania – qualquer que seja ela, em qualquer cultura”, disse à pesquisadora em entrevista por email.

#### A crise

O jornal ***Gazeta Mercantil*** foi durante mais de 30 anos, o principal veículo de informação de economia e negócios do Brasil. Em 2001, o jornal passou por uma severa crise financeira, provocada, principalmente, pela retração do mercado publicitário e por investimentos em expansão e diversificação frustrados.

Em outubro de 2001, a maioria dos jornalistas de redação de São Paulo, onde fica a sede do jornal, decidiu entrar em greve em decorrência dos atrasos constantes de salário. O retorno ao trabalho, em novembro, seguiu-se de um forte enxugamento em todo o jornal, com a demissão de aproximadamente 100 jornalistas. A operação teve como objetivo equilibrar a saúde financeira da empresa para posterior venda do controle.

No final de 2003, o proprietário da ***Gazeta Mercantil***, Luiz Fernando Ferreira Levy, assinou um contrato de cessão de marca com o empresário Nelson Tanure, também proprietário do ***Jornal do Brasil***. Restavam na casa, ao fim do

primeiro semestre de 2004, cerca de 200 jornalistas encarregados da produção diária de notícias.

Vimos até aqui conceitos sobre a prática jornalística e mais especificamente sobre a cobertura do meio ambiente. Também retomamos brevemente a trajetória do jornal ***Gazeta Mercantil***, destacando a relação do jornal como tema meio ambiente. Acreditamos que, sob estas bases conceituais e históricas, podemos passar à explicar os métodos adotados neste trabalho de pesquisa.

---

## CAPÍTULO IV

### Procedimentos metodológicos

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi a análise de conteúdo, uma ferramenta utilizada há mais de 40 anos e considerada até hoje uma referência para a avaliação de material essencialmente jornalístico, como é o caso deste trabalho. Bardin (1977, p. 42) descreve a análise de conteúdo como sendo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Ainda segundo Bardin (31), “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Por sua característica de método destinado ao estudo das comunicações e sua ampla variedade de técnicas consideramos a análise de conteúdo a ferramenta adequada ao desenvolvimento de nossa pesquisa, cujo objetivo foi o de identificar as mudanças ocorridas na cobertura jornalística de temas ambientais pelo jornal ***Gazeta Mercantil*** nos dez anos que separam duas conferências mundiais para o meio ambiente : a Rio-92 e a Rio+10 – a primeira realizada no Rio

de Janeiro em 1992 e a segunda, dez anos depois, em 2002, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul.

Nossa pesquisa teve como ponto de partida a seguinte questão:

1-Como um jornal voltado para o meio empresarial tratou o tema ambiental a partir da Rio-92?

Assim, definimos nossa hipótese central: a de que houve uma mudança na cobertura de temas ambientais pela **Gazeta Mercantil** entre as duas Conferências das Nações Unidas. Nossas hipóteses específicas são as seguintes:

- 1- Uma dessas mudanças foi o aumento da quantidade de matérias sobre meio ambiente publicadas pelo jornal a partir da Rio-92.
- 2- A cobertura de temas ambientais pelo jornal apresentou uma mudança de foco, com redução do volume de matérias envolvendo denúncias e ampliação das notícias relativas a investimentos e negócios na área ambiental.
- 3- Outra mudança foi a diversificação das fontes ouvidas pelos repórteres, com maior participação de representantes da sociedade civil e de especialistas e pesquisadores nas matérias.

O interesse pela **Gazeta Mercantil** como suporte para a pesquisa deve-se ao fato de o jornal ser especializado em economia, finanças e negócios, possuir circulação e cobertura nacionais e principalmente, por ter sido pioneiro na cobertura diária e sistemática de temas ambientais na imprensa brasileira, como relata Ungaretti (1998, p. 30): “um jornal fundamentalmente de economia, voltado para um universo de leitores integrado pelos mais diversos setores empresariais, e

possuía a única página de meio ambiente da imprensa brasileira, desde 1988, com periodicidade diária”.

Definido o objeto de investigação, iniciamos a fase de organização da análise. Segundo o método descrito por Bardin (1977, p. 95), as diferentes fases da análise organizam-se em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados e sua interpretação: “a pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”.

Definimos que o universo a ser estudado seriam as matérias publicadas pelo jornal **Gazeta Mercantil** nos anos de 1992 e 2002 que abordassem temas ambientais e, em linha com nosso objetivo de averiguar quais as mudanças ocorridas na cobertura jornalística de temas ambientais pelo jornal, optamos por excluir os editoriais e os artigos que eventualmente abordassem o tema por considerarmos que estes retratam opiniões e não representam um trabalho de reportagem.

Demarcado, o universo da pesquisa, partimos para o mapeamento do material. O primeiro passo foi a realização de um levantamento no banco de dados do jornal **Gazeta Mercantil** focalizando a produção editorial dos anos de 1992 e de 2002 que contivesse as seguintes palavras-chave: meio ambiente, ambiental, ambiente. A pesquisa foi feita em meio eletrônico por sugestão dos responsáveis pelo Centro de Informações (CI), departamento da **Gazeta Mercantil** que responde pela guarda e organização do material publicado pelo

jornal, uma vez que o acesso aos exemplares encadernados do jornal é restrito. Parte do material do jornal está disponível na internet – sendo necessária uma senha para a pesquisa no banco de dados. A senha é fornecida aos assinantes. Outros interessados, como pesquisadores, por exemplo, podem obter uma senha de acesso após avaliação do pedido pelos responsáveis pelo departamento. Outra parte do banco de dados que não está na internet pode ser acessada pelos computadores do Centro de Informações dentro das mesmas regras válidas para o conteúdo da internet.

Finalizado o levantamento das matérias contendo as palavras-chaves definidas procedemos a leitura do material por meio da qual foram excluídas aquelas matérias que, embora aparecessem na pesquisa contendo uma das palavras-chave, não enfocavam a cobertura jornalística de temas ambientais. Encontram-se nesta rubrica os editoriais e artigos – cuja exclusão já fora definida anteriormente – e matérias do setor de informática que também usam com frequência a palavra ambiente (ambiente windows, ambiente eletrônico, por exemplo).

Neste momento deparamo-nos com uma dificuldade. Mesmo que não fosse nosso propósito medir em centímetros a produção de matérias tendo como tema central o meio ambiente, seria importante, na nossa avaliação, examinar as matérias da maneira como foram editadas originalmente, o que a simples reprodução do texto do banco de dados do jornal impossibilitava. Foram então solicitadas ao Centro de Informações cópias das matérias como foram publicadas. Desta forma seria possível verificar o tratamento dado pelo jornal aos vários assuntos abordados dentro da temática ambiental. Assim, matérias relativas

a assuntos considerados mais importantes seriam localizadas no alto da página, eventualmente acompanhadas de matérias complementares (sub ou box) e mesmo por algum tipo de ilustração. Da mesma forma, assuntos de menor relevância estariam localizados na metade inferior da página, ocupando pequeno espaço ou mesmo apenas uma nota.

De posse do material e cumprida a etapa de demarcação do universo a ser examinado – as matérias publicadas no jornal ***Gazeta Mercantil*** sobre o tema meio ambiente – partimos para a constituição do *corpus* definido por Bardin (1977, p. 96) como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. O autor estabelece quatro regras principais: a regra da exaustividade; a da representatividade; a da homogeneidade; e a da pertinência; para a constituição deste *corpus*.

De acordo com a regra da exaustividade, uma vez definido o campo do *corpus* é preciso ter-se em conta todos os elementos deste, ou seja, nada que seja pertinente ao tema pode ficar de fora sem uma justificativa. No caso desta pesquisa, o *corpus* é formado pelas matérias sobre meio ambiente publicadas no jornal *Gazeta Mercantil* excluídos editoriais e artigos. Seguindo este princípio, chegamos a um total de 721 textos.

Dado o elevado volume de material levantado optamos pela realização de um novo corte, com o objetivo de reduzir a quantidade de textos a serem examinados sem, contudo, comprometer o rigor de nossa pesquisa. Tomamos como referência a regra da representatividade, apoiadas na descrição de Bardin (1977, p. 97), segundo a qual: “análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma

parte representativa do universo inicial. (...) Tal como para uma sondagem, a amostragem pode fazer-se ao acaso, ou por quotas”.

De acordo com a regra da representatividade, um universo mais homogêneo pode se valer de uma amostra menor que a de um universo heterogêneo. Considerando que as matérias publicadas no jornal **Gazeta Mercantil** com o tema meio ambiente publicadas em 1992 e em 2002, formam um universo homogêneo, optamos pela realização do estudo com base em uma amostra. Assumindo que todo e qualquer recorte realizado no universo a ser estudado incorreria em um certo grau de subjetividade, decidimos nos inspirar em nossa própria experiência profissional em editorias de economia e adotamos um recurso comum ao jornalismo econômico, a divisão do ano em trimestres. Assim, optamos por examinar as matérias sobre meio ambiente publicadas no jornal **Gazeta Mercantil** nos meses que marcam o início de trimestres dentro do período de um ano, ou seja, janeiro, abril, julho e outubro dos anos de 1992 e 2002. Chegamos, então, a um conjunto de 207 textos.

Refinado o *corpus* de nossa pesquisa, o procedimento seguinte foi realizar a leitura flutuante dos documentos com o objetivo de identificar os temas centrais abordados pelas matérias. A identificação dos principais temas contou também com o apoio de pesquisa prévia realizada em outras fontes, como livros, publicações especializadas em meio ambiente, artigos de especialistas e produção acadêmica.

Desta forma, com base no levantamento prévio de temas e na leitura flutuante das 207 matérias selecionadas, listamos 13 principais assuntos, a saber: 1-Desenvolvimento Sustentado; 2-Serviços/negócios/comércio; 3-Balanço

ambiental; 4-Ecomarketing; 5-Poluição; 6-Desmatamento/impacto ambiental; 7-Preservação/recuperação; 8-Mudança Climática; 9-Recursos Hídricos/saneamento; 10-Rio92/Rio+10; 11-Camada de Ozônio; 12-Urbanismo; 13-Legislação/programas do governo/fiscalização. Após a classificação (categorização) dos 13 grandes temas foi criado mais um item, batizado de Outros, destinado a acolher os assuntos que não se encaixassem nos temas principais.

Passamos então à leitura integral de todas as 207 matérias selecionadas, por meio da qual construímos uma base de dados utilizada posteriormente na comparação entre os dois períodos a serem examinados, os anos de 1992 e 2002. Os itens examinados e quantificados foram os seguintes: 1- a frequência com que aqueles temas apareciam em cada edição; 2- quais as fontes ouvidas nas matérias; 3- se a produção era local ou externa.

Com relação aos temas abordados, ao longo do levantamento foram encontradas algumas matérias que tratavam de mais de um assunto relacionado ao meio ambiente. Neste caso, foi considerado como tema principal aquele identificado logo no início da matéria, desde que o espaço dedicado a ele fosse igual ou superior aos demais.

#### Fontes de informação

Uma das hipóteses de nossa pesquisa sobre as mudanças ocorridas na cobertura jornalística de temas ambientais pelo jornal **Gazeta Mercantil** era de que o crescimento do interesse da sociedade por temas ambientais ocorrido no Brasil após a realização da Rio-92 teria se refletido em uma ampliação no universo de fontes consultadas pelos seus jornalistas a partir de 1992. Desta forma,

consideramos também relevante o exame das fontes de informação utilizadas pelos jornalistas na elaboração de suas matérias.

Para efeito deste estudo, as fontes de informação foram assim classificadas:

1- Sociedade Civil : entraram nesta categoria as fontes de informação que representavam associações de moradores, organizações não-governamentais (ONGs), bem como cidadãos comuns, ou seja indivíduos sem qualquer relação identificável com governos, legislativo, judiciário, empresas e academia. O advogado de uma associação de moradores, por exemplo, entra nesta categoria, embora seja um especialista.

2- Governo: foram considerados os poderes executivos Federal, Estadual e Municipal, bem como seus órgãos e representantes como por exemplo Ibama, ministérios e secretarias. Também se encontram nesta categoria as organizações internacionais patrocinadas por governos, como ONU, FMI, Banco Mundial, Bancos de Desenvolvimento etc

3- Dois poderes: são aquelas fontes de informação que não integram o poder Executivo, ou seja, são os representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, incluindo aí promotores públicos, políticos e representantes de partidos políticos, desde que não exerçam atividade no governo.

4- Empresas : entram aí todas as empresas privadas de qualquer porte, as de capital misto e suas associações (Fiesp, Fierj, Senai)

5- Especialistas: este é o item dedicado a representantes de universidades, pesquisadores, especialistas do setor privado (desde que não sejam porta-vozes de empresas). Um advogado que não seja representante de nenhum dos grupos

anteriores, mas que seja um especialista dando sua opinião sobre determinado assunto, falando em nome de seu escritório, entra nesta categoria.

Em nossa análise do material publicado pela **Gazeta Mercantil** encontramos também matérias produzidas a partir de dados retirados de livros e outras publicações especializadas, muitas vezes usadas pelos jornalistas para formar o pano de fundo para o desenvolvimento do tema. Optamos por atribuir a estas fontes secundárias o mesmo peso dado às demais. Desta forma, tanto as primárias (entrevistas) quanto as secundárias (livros e demais publicações) foram consideradas válidas para fins de tabulação. No caso da fonte secundária, decidimos contabilizá-la no grupo a que pertencesse o autor ou autores. Assim, livros e publicações acadêmicas entraram no quesito “Especialistas”, sites e publicações oficiais entraram no item “Governo”.

#### Produção local e produção externa

Neste estudo, consideramos também a origem das matérias, se produzidas no país (locais) ou se eram traduções, por considerarmos que a análise deste aspecto poderia contribuir para um melhor entendimento sobre se houve influência de tendências verificadas no exterior na cobertura realizada pelo jornal.

Como produção local foram consideradas as matérias feitas no Brasil – pela equipe de jornalistas da **Gazeta Mercantil** ou por agências de notícias contratadas pelo jornal.

Como produção externa foram consideradas as traduções de matérias realizadas por correspondentes, agências internacionais e por publicações como a Revista **The Economist** e o jornal **Financial Times**, das quais a **Gazeta Mercantil** possuía os direitos de reprodução.

Definidos os parâmetros e considerando que o foco desta pesquisa é a cobertura da **Gazeta Mercantil** dos temas ambientais e de como estes temas foram apresentados ao público do jornal - constituído especialmente por empresários e executivos do setor produtivo e financeiro – nos dois momentos escolhidos como marco para análise nesta dissertação – os encontros mundiais da organização das Nações Unidas, a Rio-92 e a Rio+10 – foi realizada análise quantitativa do material selecionado, com o objetivo de construir uma base de dados sobre a produção de notícias com o tema meio ambiente pelo jornal nos anos de 1992 e de 2002 a ser utilizada como referência para a análise das mudanças ocorridas na cobertura de temas ambientais pelo jornal entre 1992 e 2002.

Numa tentativa de enriquecer e melhor compreender o tema e os resultados obtidos, foi realizada uma pesquisa com jornalistas dos principais jornais da cidade de São Paulo na forma de questionários. Foram elaborados dois diferentes questionários, um destinado à repórteres que cobrem, exclusivamente ou não, matérias sobre meio ambiente e outro destinado a editores e coordenadores. Realizamos consultas prévias com estes jornalistas para definir o melhor meio de se efetuar o preenchimento dos questionários. A preferência da maioria recaiu sobre o envio do material por correio eletrônico e sua devolução por este mesmo meio. Esta forma foi, então, utilizada para todos os questionários (ver as respostas, na íntegra, no anexo 01). Os questionários foram enviados para os jornais **O Estado de S.Paulo**, **Valor Econômico**, **Folha de S.Paulo**, **Diário do Grande ABC** e **Gazeta Mercantil**. Apenas os jornalistas da **Folha de S.Paulo** deixaram de responder à pesquisa.

## **CAPÍTULO V**

### **Descrição dos dados obtidos**

A partir da leitura e análise dos 207 textos selecionados constituímos uma base de dados para efeito deste estudo e que detalhamos nos quadros a seguir.

No quadro 1, relacionamos as informações gerais, tais como o número de edições do jornal em que aparecem matérias sobre meio ambiente (foram 60 edições em 1992 e 59 em 2002), o número de matérias sobre o tema encontradas (107 em 1992 e 100 em 2002), uma vez que uma mesma edição poderia conter mais de um texto sobre o assunto e, ainda, a quantidade de matérias produzidas no país (foram encontradas 64 em 1992 e 98 em 2002) e as traduzidas (43 em 1992 e 2 em 2002).

No quadro 2, listamos a freqüência com que os temas previamente selecionados e classificados em 14 categorias apareceram em cada um dos meses escolhidos (janeiro, abril, julho e outubro) no ano de 1992, bem como a soma das ocorrências no ano.

O quadro 3 mostra a freqüência com que os temas previamente selecionados e classificados em 14 categorias aparecem em cada um dos meses escolhidos (janeiro, abril, julho e outubro) no ano de 2002 e o total de ocorrências no ano.

O quadro 4 trata da quantidade de fontes de informação encontradas nas matérias pesquisadas em cada uma das cinco categorias listadas: 1-

Sociedade Civil, 2-Governo, 3-Dois Poderes, 4-Empresas e 5-Especialistas. O quadro mostra também a participação percentual destas fontes no total de fontes encontradas e a variação ocorrida, em quantidade de matérias, em cada item e no total, de 1992 para 2002.

Em complemento aos dados relativos às fontes de informação, o quadro 5 mostra a quantidade total de fontes encontradas em 1992 e em 2002, bem como as variações em quantidade de fontes e em percentual entre os dois períodos. O quadro seis detalha a quantidade total de fontes encontradas por categoria (governo, empresas, sociedade civil, dois poderes e especialistas) e sua participação percentual no total de fontes em cada um dos dois anos analisados.

**Quadro 1**  
**Informações gerais**

<b>Janeiro</b>	<b>1992</b>	<b>2002</b>
Número de Edições *	13	15
Número de matérias ou notas	17	35
Produção própria ou de agências locais	13	35
Traduções	4	0
<b>Abril</b>	<b>1992</b>	<b>2002</b>
Número de Edições *	14	14
Número de matérias ou notas	24	19
Produção própria ou de agências locais	14	19
Traduções	10	0
<b>Julho</b>	<b>1992</b>	<b>2002</b>
Número de Edições *	18	16
Número de matérias ou notas	36	24
Produção própria ou de agências locais	19	23
Traduções	17	1
<b>Outubro</b>	<b>1992</b>	<b>2002</b>
Número de Edições *	15	14
Número de matérias ou notas	30	22
Produção própria ou de agências locais	18	21
Traduções	12	1

\*Foram consideradas as edições do jornal que continham matérias sobre meio ambiente.

## Quadro 2

### Temas encontrados e sua frequência em 1992

Ano: 1992			Janeiro	Abril	Julho	Outubro	Total
Temas							
Desenvolvimento sustentado			2	1	0	3	6
Serviços, negócios, comércio			1	1	3	3	8
Balanco ambiental, GRI			1	2	0	0	3
Eco Marketing, projetos			1	1	0	0	2
Poluição			1	1	4	1	7
Desmatamento, impacto ambiental			2	2	2	4	10
Preservação, recuperação			4	3	6	6	19
Mudança climática			1	2	2	0	5
Recursos hídricos, saneamento			1	0	1	2	4
Rio 92/Rio +10			1	0	0	1	2
Camada de Ozônio			0	5	3	1	9
Urbanismo			2	0	0	0	2
Legislação/programas governo /fiscalização			0	5	14	7	26
Outros*			0	1	1	2	4
Total			17	24	36	30	107

\* Abril: caça; Julho: prêmio; Outubro: pesquisa, pesca

### Quadro 3

#### Temas encontrados e sua frequência em 2002

Ano 2002			Janeiro	Abril	Julho	Outubro	Total
Temas							
Desenvolvimento sustentado			2	1	1	4	8
Serviços/negócios/comércio			7	2	6	1	16
Balanço ambiental			0	0	0	0	0
Eco Marketing			1	0	0	0	1
Poluição			1	0	1	1	3
Desmatamento/impacto ambiental			0	0	1	4	5
		0					
Preservação/recuperação			5	3	0	5	13
Mudança climática			0	2	6	0	8
Recursos hídricos/saneamento			8	2	0	4	14
Rio 92/Rio +10			0	2	0	1	3
Camada de Ozônio			0	0	0	1	1
Urbanismo			0	2	0	0	2
Legislação/programas governo			4	3	9	1	17
/fiscalização							
Outros*			7	2	0	0	9
Total			35	19	24	22	100

\*Janeiro: educação ambiental, congresso sobre direito ambiental, lançamento de livro sobre direito ambiental, Projeto Pomar/ Abril: premiação, risco de crédito.

**Quadro 4**  
**Fontes de informação**

<b>Janeiro</b>	<b>1992</b>		<b>2002</b>		<b>Var.92/02</b>	<b>Variação (%)</b>
	Ocorrências	Participação no total (%)	Ocorrências	Participação no total (%)		
<b>Sociedade Civil</b>	3	8,33	3	5,36	0	
<b>Governo</b>	20	55,56	16	28,57	-4	
<b>Dois Poderes</b>	0	0	1	1,79	1	
<b>Empresas</b>	10	27,78	33	58,92	23	
<b>Especialistas</b>	3	8,33	3	5,36	0	
<b>Total</b>	36	100	56	100	20	55,56

<b>Abril</b>	<b>1992</b>		<b>2002</b>		<b>Var.92/02</b>	<b>Variação (%)</b>
	Ocorrências	Participação no total (%)	Ocorrências	Participação no total (%)		
<b>Sociedade Civil</b>	3	7,14	8	15,38	5	
<b>Governo</b>	20	47,62	18	34,62	-2	
<b>Dois Poderes</b>	4	9,52	1	1,92	-3	
<b>Empresas</b>	9	21,43	22	42,31	13	
<b>Especialistas</b>	6	14,29	3	5,77	-3	
<b>Total</b>	42	100	52	100	10	23,81

Julho	1992		2002		Var.92/02	Variação (%)
	Ocorrências	Participação no total (%)	Ocorrências	Participação no total (%)		
<b>Sociedade Civil</b>	4	8	7	17,95	3	
<b>Governo</b>	28	56	15	38,46	-13	
<b>Dois Poderes</b>	2	4	2	5,13	0	
<b>Empresas</b>	10	20	7	17,95	-3	
<b>Especialistas</b>	6	12	8	20,51	2	
<b>Total</b>	50	100	39	100	-11	-22

Outubro	1992		2002		Var.92/02	Variação (%)
	Ocorrências	Participação no total (%)	Ocorrências	Participação no total (%)		
<b>Sociedade Civil</b>	3	7,89	6	17,65	3	
<b>Governo</b>	16	42,11	13	38,23	-3	
<b>Dois Poderes</b>	2	5,26	0	0	-2	
<b>Empresas</b>	13	34,21	6	17,65	-7	
<b>Especialistas</b>	4	10,53	9	26,47	5	
<b>Total</b>	38	100	34	100	-4	10,53

### Quadro V

	1992	2002	Var.92/02	Variação (%)
	Ocorrências	Ocorrências		
<b>Total geral</b>	166	181	15	9,04

Quadro VI

<b>Quantidade de fontes</b>						
	Governo	Empresas	Soc. Civil	2 poderes	Especialistas	Total
1992	84	42	13	8	19	166
2002	62	68	24	4	23	181
 Participação % das fontes no total						
	Governo	Empresas	Soc. Civil	2 poderes	Especialistas	
1992	50,60	25,30	7,83	4,82	11,45	
2002	34,25	37,57	13,26	2,21	12,71	

## CAPÍTULO VI

### Interpretação dos dados

Na análise do material selecionado, chama atenção uma queda, ainda que pequena, na quantidade de matérias relacionadas ao meio ambiente publicadas pelo jornal no ano de 2002 em comparação com 1992. Em 2002 foram 100 reportagens abordando o tema, enquanto dez anos antes, em 1992, foram publicados 107 textos. A superioridade, de 1992 sobre 2002 poderia ser interpretada como uma diminuição do interesse do jornal por temas ambientais. Uma das razões para esta falta de interesse poderia ser o fato de a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente na versão de 2002 ter ocorrido na África do Sul enquanto em 1992 o evento foi realizado no Rio de Janeiro. É até natural que a realização do evento no Brasil tenha despertado mais interesse pelos assuntos ligados ao meio ambiente justificando a ampliação da cobertura.

A redução do volume de matérias em 2002 também pode ter sido conseqüência da crise financeira que atingiu a **Gazeta Mercantil** cerca de dez anos após a Rio-92 e que resultou em redução do número de jornalistas na redação central, nas sucursais e no exterior. Esta crise, iniciada, por volta de 2001, é atribuída a uma série de fatores, como a chegada de um concorrente de peso, o Jornal **Valor Econômico** (lançado em maio de 2000) que passou a disputar um mercado de leitores e de anunciantes no qual o jornal reinou absoluto por quase 30 anos; e a queda da receita que marcou todo o setor editorial a partir

da retração dos investimentos das empresas diante da realização de eleições presidenciais de 2002.

Por outro lado, é importante notar que a diferença entre a produção de matérias com temas ambientais em 1992 e em 2002 pode até mesmo ser considerada pouco significativa (sete matérias) em relação ao universo pesquisado, representando uma queda inferior a 10% (6,54%) de 2002 em relação a 1992. Isso poderia demonstrar que, apesar de fatores como a crise financeira e a realização da Conferência em outro continente, o jornal procurou manter ativa a cobertura de temas ambientais.

#### Temas

Quanto ao aspecto dos assuntos relacionados ao meio ambiente e listados em 14 categorias para efeito deste estudo (quadros 2 e 3), chama a atenção o destaque dado pelo jornal às notícias sobre as ações do governo na área ambiental, classificadas na categoria “Legislação/programas do governo/fiscalização”. Este grupo apresentou o maior número de número de matérias nos dois períodos, sendo 26 em 1992 e 17 em 2002, isso pode ser interpretado como a presença de repórteres especializados nos contatos com as fontes do meio jurídico, uma vez que a cobertura mais sistemática de temas ambientais pela **Gazeta Mercantil** começou a ser realizada a partir da editoria de legislação.

De todo modo, é interessante notar que em julho de 1992 houve uma concentração de matérias deste grupo em relação aos outros meses analisados (janeiro, abril e outubro). Isso poderia ser explicado pela ocorrência de mudanças na secretaria de Meio Ambiente do governo do então presidente Fernando Collor,

provocadas com a saída do secretário José Lutzemberger, e que resultaram em alterações também em outros órgãos do governo, entre eles o Ibama, movimentando o noticiário (anexos 02 e 03). Também pode ter colaborado para a concentração verificada, a criação de secretarias de Meio Ambiente em vários estados do país, como reflexo da realização da Rio-92. (anexo 04)

Também é interessante ressaltar que em 1992 o segundo assunto mais abordado pelo jornal nos meses analisados foi “Preservação/recuperação”. Já em 2002, o segundo tema mais freqüente era o contemplado pelo item “Serviços/negócios/comércio” relativos ao meio ambiente, o que pode indicar que houve maior preocupação do jornal em atender a uma demanda de seus leitores por informações relevantes para a realização de negócios. A predominância de matérias enfocando a preservação e a recuperação ambientais em 1992 pode estar relacionada à realização da Rio-92, que colocou o tema meio ambiente em evidência, aumentando a preocupação do meio empresarial com sua imagem perante o público. Em 1992, o quesito “Serviços/negócios/comércio” era o quinto mais freqüente. Já o assunto “Preservação/recuperação” era, em 2002, a quarta maior incidência dentro do universo pesquisado.

Chama a atenção o fato de o terceiro tema mais abordado em 1992 , “Desmatamento/impacto ambiental”, ter passado a corresponder, em 2002, ao sétimo lugar. Da mesma forma, em 2002, o terceiro tema em número de incidências, “Recursos hídricos/saneamento”, despertava pouco interesse em 1992, ocupando a nona posição na classificação. Pode-se notar aqui uma tendência a valorização, em 1992, de temas mais diretamente relacionados a denúncias contra danos à natureza, o que poderia sugerir uma influência direta da

realização da Conferência das Nações Unidas no Brasil, evento que teria ampliado, ainda que momentaneamente, a atenção dos jornalistas para as questões ambientais.

Dez anos depois, com a realização da Conferência na África, o tema água ganha maior visibilidade e pode ter contribuído para o aumento das matérias sobre o assunto nas páginas do jornal em 2002. Nota-se, contudo, que a maior quantidade de matérias (oito) sobre “Recursos hídricos/saneamento” da amostra de 2002 foi publicada pelo jornal no mês de janeiro. Em um exame mais aprofundado do material publicado, encontramos diversas alusões à escassez de água que causou problemas à operação de usinas hidrelétricas em boa parte do país, o que poderia explicar o maior interesse do jornal em abordar outros aspectos relacionados à água, como saneamento e proteção de mananciais. Na edição de 15 de janeiro, por exemplo, o jornal destinou um espaço significativo ao tema saneamento, com matéria de abertura (“Sabesp quer ampliar venda de água de reuso”) mais duas matérias complementares (“Grande São Paulo tem cinco estações” e “Guarulhos aumenta exigências”) e um box (“Hopi Hari recicla o que consome”). Nestas matérias (anexo 05) pode-se notar a preocupação do jornal em cobrir o assunto do ponto de vista econômico, ou seja, de maneira que atenda ao que parece ser o interesse de seus leitores.

Também vale a pena destacar o que pode ser interpretado como uma mudança no foco dos assuntos relacionados às questões planetárias entre 1992 e 2002: a destruição da camada de ozônio e as mudanças climáticas. O assunto “camada de ozônio” ocupava, em 1992, o quarto posto na relação de quantidade de matérias publicadas pelo jornal, dentro da amostra selecionada (com nove

ocorrências), mas em 2002 passou para o décimo lugar, com apenas uma abordagem. O tema “mudanças climáticas” já aparecia em 1992 quando mereceu o oitavo lugar na classificação, com cinco matérias. Em 2002 subiu para sexto lugar, com oito matérias (dividindo a pontuação com o tema desenvolvimento sustentado).

Tal mudança poderia indicar que o jornal deu preferência à publicação de temas que seriam de interesse mais imediatos de seus leitores, uma vez que, em 1992, as negociações para antecipar o fim do uso dos gases destruidores da camada de ozônio nos processos industriais estavam em curso, como mostra matéria da agência **AP/Dow Jones** publicada em 16 de abril de 1992 (“Reunião em Genebra termina sem fixar prazos mundiais para o fim dos gases CFC”) (anexo 06). Se em 1992 o jornal acompanhava mais de perto a questão da camada de ozônio, sem deixar de lado as discussões envolvendo a necessidade de limitar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em 2002, a abordagem mudou e surgiram as matérias sobre novas tecnologias e oportunidades de negócios envolvendo a questão do aquecimento global.

#### Produção local e traduções

Quando se compara a produção local com a produção externa nota-se uma presença mais significativa de material traduzido nos textos referentes ao ano de 1992 do que nos de 2002. No mês de janeiro de 1992, das 17 matérias com temas ambientais publicadas, 13 eram produção local e 4 eram traduções. Já em abril do mesmo ano, de um total de 24 matérias, 14 eram locais e 10 traduzidas. Em julho, um mês depois da Rio-92, das 36 matérias envolvendo o meio ambiente publicadas pelo jornal, 19 eram locais e 17, traduzidas. Em outubro de 1992,

foram publicadas 30 matérias com abordagem ambiental, sendo 18 locais e 12 traduções.

Nota-se que, embora exista uma predominância de matérias locais sobre as traduções no material de 1992, diferença que foi mais acentuada no mês de janeiro, foi mantida uma relativa proporção entre as duas origens. Esta constatação nos sugere que o jornal não apenas investiu na produção de matérias por seu próprio corpo de profissionais, como também procurou fornecer aos seus leitores informações sobre o que se passava no cenário externo em relação às questões ambientais.

No mês de janeiro, por exemplo, enquanto as matérias locais tratavam de assuntos como a participação do ministro da Economia Marcílio Marques Moreira em um grupo formado para se discutir a questão ambiental em âmbito mundial (“Marcílio aceita convite do Japão para integrar grupo sobre a questão ambiental”); a poluição nas praias do Rio de Janeiro (“Algas microscópicas formam maré vermelha e afastam banhistas”), ou a ação de uma empresa do Rio Grande do Sul para reparar um dano ambiental (“Destilaria gaúcha sai em busca de carpas e lambaris para repovoar manancial”) - anexos 07, 08 e 09 - , das quatro matérias traduzidas, três eram extensas análises sobre tendências e oportunidades no mercado de serviços ambientais. Merece destaque a reportagem tirada da revista **The Economist** e publicada pela **Gazeta Mercantil** na edição de três de janeiro, com o título: Mercado faz surgir “Smog Valley” na Califórnia (anexo 10). Em resumo, informava que as rigorosas leis ambientais do estado norte-americano da Califórnia, embora muito contestadas pelos empresários, acabaram por impulsionar a indústria de serviços ambientais e que as empresas daquele estado

comemoravam a conquista de vantagens competitivas e já exportavam serviços ambientais para outros países.

Outro exemplo de matéria traduzida apontando tendências que mais tarde poderiam (como acabaram chegando) ao país é uma produção do jornal britânico **Financial Times** publicada pelo jornal brasileiro no dia 21, com o título: Lei pode obrigar empresas a incluir balanço ambiental em seus relatórios anuais (anexo 11). Em outra reportagem do **Financial Times** (Conselho “verde” ajuda empresa a decidir – anexo 12), os leitores no Brasil foram informados, no dia 29, da crescente tendência de as empresas recorrerem a especialistas em meio ambiente para acompanhar as últimas tendências da área, procurando, com isso, colher benefícios de imagem.

Em 2002 houve uma queda expressiva na quantidade de traduções em relação à produção local. Todas as 35 matérias com abordagem ambiental veiculadas em janeiro eram produções locais. Em abril foram 19 matérias, todas locais. Em julho, o jornal publicou 24 matérias sobre questões ambientais, sendo apenas uma tradução. O mesmo se deu em outubro de 2002: de 22 matérias, apenas uma era traduzida.

A redução da presença de textos traduzidos pode ser também uma decorrência da crise que atingiu o jornal em 2001 e que resultou na não renovação de alguns contratos de reprodução de publicações estrangeiras, como o jornal **Financial Times** e a revista **The Economist**, que em 1992 faziam parte do conteúdo do jornal, inclusive com matérias que antecipavam para os leitores a tendência do mundo dos negócios em relação ao meio ambiente. Em 2002, sem acesso ao conteúdo daqueles veículos estrangeiros, a **Gazeta Mercantil** passou a

passou a contar apenas com o material de agências de notícias. Houve também uma redução do número de correspondentes internacionais, o que pode ter contribuído para a queda da participação de matérias traduzidas no noticiário.

#### Fontes de informação

Quando se examina a participação das fontes de informação e sua distribuição nas matérias da amostra analisada (quadro 4), chama a atenção a forte participação de fontes oficiais (governo) no noticiário de meio ambiente do jornal, principalmente na produção de 1992, o que pode estar relacionado à predominância de assuntos da categoria “Legislação/programas do governo/fiscalização” nas reportagens do jornal. Esta alta incidência parece refletir também a participação intensa do governo como fonte para o jornalismo brasileiro de um modo geral, só cedendo espaço proporcional para os empresários.

Na comparação entre os dois anos analisados, nota-se que há uma redução da participação do governo de 1992 para 2002 na quantidade total de fontes ouvidas pelo jornal, e um crescimento da presença de outros segmentos da sociedade, com destaque para o setor empresarial. Em 1992, do total de 166 fontes citadas nas matérias da amostra, 84, correspondendo a 50,60% do total, eram do governo, e as 42 empresas ouvidas representavam 25,30% do total. Em 2002, foram encontradas 181 fontes, das quais, 62 eram do governo (34,25% do total) e 68 eram empresas (37,57% do total).

É interessante observar que em janeiro de 1992 o governo representava 55,56% do total de fontes citadas nas matérias daquele mês e que, em janeiro de 2002, a participação deste segmento caiu para 28,57%, a menor fatia de todos os meses analisados, o que não se repetiu nos meses seguintes, sugerindo tratar-se

de um fenômeno isolado. A fatia das empresas como fontes em janeiro de 2002 atingiu 58,92% do total do mês, superando as fontes oficiais e pode ser interpretada da mesma forma, como sendo um fenômeno isolado. Em um jornal de economia e negócios, é justificado, e até mesmo esperado, que o setor empresarial tenha destaque entre as fontes de informação. Em 1992, as empresas eram a segunda fonte mais utilizada pelo jornal, atrás apenas do governo.

Em 2002, no entanto, a distribuição das fontes passou a ser mais equilibrada, com as empresas dividindo o espaço com representantes da sociedade civil (organizações não-governamentais e associações de moradores, por exemplo), que passaram de uma participação total de 7,83% no ano de 1992 para 13,26% em 2002; e especialistas (pesquisadores, professores), que subiram de 11,45% em 1992 para 12,71% do total de fontes em 2002. Já os dois poderes perderam espaço, passando de 4,82% em 1992 para 2,21% em 2002.

## Considerações finais

Os resultados da pesquisa nos permitem afirmar que houve uma mudança na cobertura de temas ambientais pelo jornal **Gazeta Mercantil** entre as duas Conferências das Nações Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentado, a Rio-92 e a Rio+10.

Causou-nos surpresa, porém, constatar que uma das mudanças verificadas foi a ocorrência de uma queda no volume de matérias sobre meio ambiente produzidas em 2002 em comparação com o ano de 1992, contrariando uma de nossas hipóteses específicas, que acreditava em um aumento da produção dessas matérias pelo jornal dez após a realização da Rio-92.

A pesquisa confirmou nossas suspeitas de que a cobertura de temas ambientais pelo jornal apresentou uma mudança de foco, com redução do volume de matérias envolvendo denúncias e ampliação das notícias relativas a investimentos e negócios na área ambiental.

Foi também confirmada nossa hipótese de que houve uma mudança na distribuição das fontes ouvidas pelos repórteres, com maior participação de representantes da sociedade civil e de especialistas e pesquisadores nas matérias.

Chegamos a estas constatações a partir das seguintes observações:

- 1- Em 1992, o jornal publicou 107 matérias com temas ambientais nos meses considerados em nossa amostra (janeiro, abril, julho e

- outubro) e em 2002, considerados os mesmos meses, foram encontradas 100 reportagens sobre meio ambiente;
- 2- As reportagens cujo foco principal eram a preservação, desmatamento ou impacto ambiental, foram mais freqüentes na cobertura de 1992, perdendo importância em 2002 para assuntos como serviços ambientais, recursos hídricos e saneamento, mais ligados à idéia de investimentos e negócios.
  - 3- Também apuramos que de 1992 para 2002, houve uma queda no volume de traduções de matérias publicadas na imprensa estrangeira, queda esta que foi compensada pela maior produção de matérias pela reportagem local.
  - 4- Temas como desenvolvimento sustentado, que procuram tratar o assunto ambiental de uma forma mais abrangente buscando soluções de longo prazo para os problemas ganharam espaço em 2002, enquanto a cobertura de um assunto isoladamente, como, por exemplo, poluição, que eram mais freqüentes em 1992, perderam terreno em 2002, indicando um amadurecimento da cobertura de assuntos ambientais pelo jornal.
  - 5- Embora as fontes oficiais tenham mantido sua predominância sobre as demais nos dois períodos analisados, houve uma redução da participação percentual de informações atribuídas a governos (federal, estadual, municipal) em 2002 quando comparado com 1992, bem como uma distribuição melhor entre outras fontes (sociedade civil, empresas e especialistas).

Este estudo procurou analisar apenas o tratamento dado pelo jornal **Gazeta Mercantil** a alguns aspectos da cobertura de temas ambientais. Muito há ainda a ser estudado a respeito da relação entre imprensa e meio ambiente e esperamos que este trabalho possa contribuir de alguma forma para a realização de outros estudos dentro da área e numa outra ponta para uma maior reflexão do papel dos meios de comunicação diante da crise ambiental.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

ANDRADE, Silvia Iliana Morales. **Meio ambiente e meios de comunicação de massa: uma crítica ao naturalismo** (dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo -Escola de Comunicações e Artes, 1997.

BACCHETTA, Víctor L. Perfil del periodista ambiental (palestra). 1.o Fórum Interamericano de Jornalismo ambiental. Porto Alegre, dezembro, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa : Edições 70, 1977.

BRIGHT, Chris (e outros) – **O estado do mundo 2003; a impossível revolução ambiental está acontecendo**. – Salvador : Uma Ed. 2003.

CAMARGO, Aspásia (org.) - **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**, São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002

CAPRA, Fritjof. - **O Tao da Física**, São Paulo, Cultrix, 1983, 2<sup>a</sup> edição.

CARVALHO, Renata Egydio. **Cubatão e o jornalismo ecológico** (dissertação). São Bernardo do Campo, SP : Instituto Metodista de Ensino Superior, 1994.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo : buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo : Summus, 1994

CRESPO, Samya & LEITÃO, Pedro. “O que o brasileiro pensa da ecologia”. Rio de Janeiro, MAST/CNPq, 1993.

FLAVIN, Christopher [e outros] . **Estado do Mundo 2002**. Salvador: UMA Ed., 2002

FOLADORI, Guillermo - **Limites do desenvolvimento sustentável**; tradução: Marise Manuel. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**, 10<sup>a</sup> Edição – São Paulo: Contexto, 2002

GRECO, Milton. “Um Universo em expansão” - em **Planeta Inquieto – Direito ao Século XXI (coleção Novo Pacto da Ciência – 6 Org.** Cremilda Medina e Milton Greco, São Paulo, ECA/USP, 1998.

HAUKEN, Paul; LOVINS, Amory & LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

HOBBSAWM, Eric. - **A era dos Extremos – O breve século XX** ,\_tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. - São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

HOLLIDAY, Charles (org.) - **Cumprindo o Prometido. Casos de sucesso de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, Campus, 2002.

IANNI, Octavio. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 7 a 21 de abril de 2003

JUKOFSKY, Diane. El periodismo ambiental: un especie en extincion (artigo). **Chasqui-Revista Latinoamericana de Comunicación.** Quito : Junho, 2000.

KISHINAME, Roberto (e outros) – “Artigo Base sobre Responsabilidade Socioambiental das Empresas”, em **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92.** - São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.378.

KOVACH, Bill. **Os elementos do jornalismo** / Bill Kovach e Tom Rosenstiel ; tradução de Waldir Dupont. – São Paulo : Geração Editorial, 2003

LACHINI, Claudio. **Anábase : história da Gazeta Mercantil.** São Paulo, Ed. Lazuli, 2000.

---

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro : Record, 2002.

LIMA, Eliana de Souza. A importância da mídia na conscientização ambiental (artigo). São Paulo : **Jornal Unidade**, Maio/2001

LEMOS, A. D.C.; CUNHA, N. C.V., e CONRADO, D. “Perfil dos Formadores de Opinião Relacionado às Questões Ambientais: O Caso de duas empresas Brasileiras de Mídia Impressa” **em VII ALTEC-Seminário Latinoamericano de Gestão Tecnológica**, 1997, Havana. Havana:ALTEC,1997.

MARTELART, Armand e Michelle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo : Ed. Loyola, 6<sup>a</sup> Edição, 2003

MORIN, Edgar. – **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução, Eloá Jacobina – 7<sup>a</sup> Edição. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

----- **Terra-Pátria**. Tradução Paulo Azevedo Neves da Silva – 4<sup>a</sup> Edição. - Porto Alegre : Sulina, 2003

----- **Planeta: a aventura desconhecida**. Tradução Pedro Goergen – São Paulo: Editora Unesp, 2003.

---

PENA-VEJA, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Tradução Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. – Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel” em **O pensamento de Ignácio Rangel**, Mamigonian, Armen (org) – São Paulo: Ed. 34, 1998.

PINHEIRO, Rose Mara. **Imprensa, educação, meio ambiente e cidadania (A cobertura jornalística em São Sebastião-SP)** (dissertação). São Bernardo do Campo, SP : Instituto Metodista de Ensino Superior, 2001.

RANGEL, Ignácio – **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2ª Edição, 1986. p.62

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio Ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: ed. Annablume, 1995

SACHS, Ignacy - **O gato de Alice e outras crônicas : pensando o Brasil às margens do Sena**; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. - São Paulo : Cortez, 2002

SANTOS, Boaventura de Souza, **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

---

SILVA, Ana Carolina Martins da. **Ecologia e mídia local: o grupo ecológico Sentinela dos Pampas-Amigos da Terra e seus reflexos na imprensa de Passo Fundo** (dissertação). São Bernardo do Campo, SP: Instituto Metodista de Ensino Superior, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mass media and environmental affairs, a case study in Santos, Brazil**. Michigan, EUA: Michigan State University, Department of Communication, 1976

---

SILVA, Cilene Victor da. **A atuação da imprensa na cobertura de fatos relacionados com resíduos industriais perigosos: análise dos casos Rhodia, Produquímica e Fae** (dissertação). São Bernardo do Campo, SP: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1995.

SILVA, Maria José Silveira da. **Comunicação e meio ambiente: uma análise do tratamento das questões ambientais pelos jornais “A Gazeta” e “A Tribuna” de Vitória-ES** (dissertação). São Bernardo do Campo, SP: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1994.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução Rubens Figueiredo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

---

---

TEIXEIRA, Gisele, Ambientalista propõe rearranjo tributário. **Gazeta Mercantil**.  
São Paulo, 20 de julho. 2003. p.A9.

VASCONCELLOS, Clóvis Rodolpho Carvalho de. **Jornalismo e meio ambiente:  
o papel da imprensa no caso da contaminação de Samaritá por resíduos  
industriais cancerígenos** (dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo –  
Escola de Comunicações e Artes, 1993.

VILAR, Roberto. Jornalismo ambiental - Evolução e perspectivas (artigo). 1997.  
[www.agirazul.com.br](http://www.agirazul.com.br)

VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia  
e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento  
sustentável” (artigo); Caxambu (MG), 1991

UNGARETTI Wladimir Netto . **Empresariado e Ambientalismo: uma análise de  
conteúdo da Gazeta Mercantil**. São Paulo : Annablume, 1998

---

## QUESTIONÁRIO 1 - PARA EDITORES / COORDENADORES

### 1) Nair Keiko Suzuki - Editora de Negócios do jornal O Estado de S.Paulo

Perguntas:

**1- Qual o espaço que a cobertura de temas ambientais ocupa na escala de prioridades do jornal?**

- a)  Alta
- b)  Média
- c)  Baixa
- d)  Inexistente

Explique, se julgar necessário:

No dia-a-dia, a edição de matérias ligadas ao tema depende do espaço, pois concorrem com outros assuntos. Mas, obviamente, se houver uma boa matéria que tem que sair no dia, ou mesmo uma especial, a prioridade passa a ser alta.

**2- Caso exista a intenção do jornal de acompanhar os temas ambientais, com qual periodicidade estes são cobertos:**

- a)  Diariamente
- b)  Semanalmente
- c)  Quinzenalmente
- d)  Mensalmente
- e) Outros .....

**3- Quais são os métodos utilizados pelo jornal para a seleção das pautas sobre meio ambiente?**

- a)  Press Release
- b)  Rádio escuta
- c)  Sugestão interna
- d)  Publicações especializadas

- e)  Sites
- f)  Outros .....

**4- Qual a preocupação central da cobertura de meio ambiente pelo jornal?**

- a)  Desastres ambientais
- b)  Novas tecnologias
- c)  Realização de negócios
- d)  Investimentos
- e)  Outros:  
Decisões governamentais (interna e externamente) que mexem com o meio ambiente, decisões jurídicas que abrem precedentes, por exemplo. Dependendo do enfoque, sai em editorias diferentes: Geral, Economia, Negócios, Política, Legislação

**5-Existe uma editoria específica para acompanhar os temas ambientais?**

- a)  Sim
- b)  Não

**Se a resposta for negativa, como é o processo de definição da editoria na qual a matéria será publicada, quais os critérios utilizados?**

Explica-se: matérias com enfoque específico de meio ambiente saem na editoria da Geral (Vida e..), as que falam em responsabilidade social saem na página semanal de Negócios. Se for decisão do governo (por exemplo, baixar lei para proteger o meio ambiente, ou adesão do governo brasileiro ao Protocolo de Kyoto) sai na Política. Se for investimento de alguma empresa ligada a meio ambiente, pode sair na Economia ou em Negócios.

**6-Você acredita que exista a necessidade de uma editoria específica para abrigar as matérias relativas ao meio ambiente?**

- a) Sim. Porque facilita ao leitor localizar as matérias dessa área, embora a divisão das editorias pelo enfoque da matéria seja tomada internamente, pela redação
- b) Não. Porque .....

**7-Há algum profissional designado especificamente para acompanhar/desenvolver pautas cujo enfoque seja o meio ambiente?**

a)  Sim

b)  Não

**7.1- Se a resposta for positiva, qual a função deste profissional:**

a)  Repórter

b)  Editor

c)  Estagiário

d)  Pesquisador

e) Outro .....

**8- Qual o critério utilizado para designar um determinado repórter para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

a)  Profissional com formação na área

b)  Profissional interessado no tema

c)  Outro: Profissional da editoria que deverá publicar matéria que fale de meio ambiente, não necessariamente familiarizado com o tema.

**9- Você considera importante a formação de jornalistas para a cobertura de temas relativos ao meio ambiente?**

a)  Sim. Em nível de especialização e/ou com cursos de extensão.

Porque .....

b)  Sim. Preferencialmente com graduação em área afim ao tema em questão.  
Porque

c)  Não. Porque nem sempre o jornalista consegue trabalhar na área que gostaria. Depende da oportunidade que surge no mercado de trabalho. Mas, uma vez envolvido com a área de meio ambiente, acho que o profissional deve se especializar

da melhor forma possível para desempenhar melhor o seu papel. Com cursos (que sejam de graduação, ou simples especializações) ele se sentirá mais seguro para abordar temas mais técnicos e polêmicos

### **10- O jornal investe neste tipo de formação?**

- a)  Sim.
- b)  Não

Por iniciativa do jornal, não. Mas se o jornalista que acompanha a área receber um convite para viagem ou para fazer um curso de especialização, terá todo o apoio do jornal para aceitá-lo e aproveitar bem a oportunidade.

## **2) Viviane Kulczynski - Editora Geral Estadão**

Perguntas:

### **1- Qual o espaço que a cobertura de temas ambientais ocupa na escala de prioridades do jornal?**

- a)  Alta
- b)  Média
- c)  Baixa
- d)  Inexistente

A editoria que cobre ambiente se chama Vida&, com uma página fixa para o assunto todas as semanas (às quintas-feiras). Além deste espaço certo, nos demais dias da semana também procuramos publicar reportagens sobre ambiente.

### **2- Caso exista a intenção do jornal de acompanhar os temas ambientais, com qual periodicidade estes são cobertos:**

- a)  Diariamente
- b)  Semanalmente
- c)  Quinzenalmente
- d)  Mensalmente
- e) Outros

Resposta b. No mínimo, semanalmente, às quintas-feiras, em uma página dedicada exclusivamente ao tema. Sem falar nas matérias publicadas também, eventualmente, em outros dias da semana.

**3- Quais são os métodos utilizados pelo jornal para a seleção das pautas sobre meio ambiente?**

- a)  Press Release
- b)  Rádio escuta
- c)  Sugestão interna
- d)  Publicações especializadas
- e)  Sites
- f)  Outros

Resposta: A intenção é que os repórteres que cobrem a área (atualmente dois em São Paulo, mais os correspondentes) tragam as sugestões, com base em conversas com fontes, publicações estrangeiras. Cada vez menos as redações são pautadas por releases.

**4- Qual a preocupação central da cobertura de meio ambiente pelo jornal?**

- a)  Desastres ambientais
- b)  Novas tecnologias
- c)  Realização de negócios
- d)  Investimentos
- e)  Outros

Não temos uma diretriz que diga "mais espaço para desastres ambientais" ou "mais para novas tecnologias". Nos pautamos, sim, pelo interesse público, independentemente do enfoque.

**5- Existe uma editoria específica para acompanhar os temas ambientais?**

- a)  Sim
- b)  Não

Se a resposta for negativa, como é o processo de definição da editoria na qual a matéria será publicada, quais os critérios utilizados?

Como disse anteriormente, o assunto é publicado em O Estado de S.Paulo pela editoria Vida&. Eventualmente, quando é uma reportagem sobre política ambiental, pode ser publicado pela editoria Nacional. Mas 95% das vezes fica com o Vida&.

**6- Você acredita que exista a necessidade de uma editoria específica para abrigar as matérias relativas ao meio ambiente?**

- a) Sim. Porque .....
- b) Não. Porque não interessa quem publica (qual editoria), mas que se publique, de fato, o que é de interesse nesta área. É preciso, sim, ter repórteres especializados, com boas fontes. Mas não faz grande diferença a editoria que vai publicar. Ter uma editoria específica, na maioria das vezes, ajuda na organização das pautas e no controle sobre a produção. Mas não é fundamental. É fundamental que se publique temas ambientais.

**7- Há algum profissional designado especificamente para acompanhar/desenvolver pautas cujo enfoque seja o meio ambiente?**

- a)  Sim
- b)  Não

**7.1- Se a resposta for positiva, qual a função deste profissional:**

- a)  Repórter
- b)  Editor,
- c)  Estagiário
- d)  Pesquisador
- e)  Outro

Há dois repórteres hoje no Vida& que, entre outros assuntos, cobrem sistematicamente ambiente.

**8- Qual o critério utilizado para designar um determinado repórter para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

- a)  Profissional com formação na área
- b)  Profissional interessado no tema
- c)  Outro

Profissional interessado no tema, que acompanhe as novidades da área, que goste do assunto - isso, com certeza, lhe renderá boas fontes. Interessado, este jornalista vai se especializar, participar de eventos ligados ao tema, de seminários, vai procurar literatura específica. Enfim, vai construir o conhecimento.

**9- Você considera importante a formação de jornalistas para a cobertura de temas relativos ao meio ambiente?**

- a)  Sim. Em nível de especialização e/ou com cursos de extensão.

Porque .....

- b)  Sim. Preferencialmente com graduação em área afim ao tema em questão.

Porque

- c)  Não.

Porque: resposta na questão anterior. Não acredito que seja necessária a formação universitária na área ambiental para que tenhamos um bom jornalista que cubra esta área.

**10- O jornal investe neste tipo de formação?**

- a)  Sim.

- b)  Não

Eu incentivo os repórteres a participar de cursos, seminários e encontros dentro das suas áreas de atuação. Eles são incentivados a concorrer a bolsas no Brasil e no exterior, por exemplo.

### 3- Klaus Kleber – editor-chefe da Gazeta Mercantil

Perguntas:

**1- Qual o espaço que a cobertura de temas ambientais ocupa na escala de prioridades do jornal?**

- a)  Alta
- b)  Média
- c)  Baixa
- d)  Inexistente

Explique, se julgar necessário:....Independentemente da necessidade de cuidar da qualidade de vida, os investimentos no País e expansão das exportações estão hoje diretamente ligados à questão ambiental. Companhias brasileiras e do exterior, embora às vezes se queixem da demora no processo dos relatórios de impacto ambiental, sanem que suas operações estarão mais seguras e projetarão uma imagem melhor se não compactuarem com a poluição.

**2- Caso exista a intenção do jornal de acompanhar os temas ambientais, com qual periodicidade estes são cobertos:**

- a)  Diariamente
- b)  Semanalmente
- c)  Quinzenalmente
- d)  Mensalmente
- e)  Outros .....

Diariamente, mas é conveniente notar que a Gazeta Mercantil só circula cinco vezes por semana.

**3- Quais são os métodos utilizados pelo jornal para a seleção das pautas sobre meio ambiente?**

- a)  Press Release
- b)  Rádio escuta
- c)  Sugestão interna
- d)  Publicações especializadas
- e)  Sites
- f)  Outros Usamos todos os recursos mencionados, mas basicamente confiamos em nossa reportagem

**4- Qual a preocupação central da cobertura de meio ambiente pelo jornal?**

- a) ( ) Desastres ambientais
- b) ( x ) Novas tecnologias
- c) ( ) Realização de negócios
- d) ( x ) Investimentos
- f) ( ) Outros:

Dado o enfoque deste jornal, mencionaria, em primeiro lugar, os itens b e d.

**5- Existe uma editoria específica para acompanhar os temas ambientais?**

- a) ( ) Sim
- b) ( X ) Não

**Se a resposta for negativa, como é o processo de definição da editoria na qual a matéria será publicada, quais os critérios utilizados?**

.A Gazeta Mercantil foi um dos primeiros jornais brasileiros a Ter uma editoria voltada exclusivamente para as questões de meio ambiente. Ultimamente, porém, em face do enxugamento geral por que passou o jornal, optou-se, dentro de um novo projeto gráfico, focalizar as questões ambientais em editorias específicas. EA editoria de Energia, especificamente, é denominada Energia e Saneamento. Problemas de meio-ambiente, contudo, são tratados habitualmente pelas editorias de Nacional, Indústria, Transportes & Logística, Comunicação, bem como pela Gazeta do Brasil, que tem edições específicas para as quatro grandes regiões do Brasil.

**6- Você acredita que exista a necessidade de uma editoria específica para abrigar as matérias relativas ao meio ambiente?**

a) Sim. Porque, como eu disse, esta é uma preocupação cada vez maior em Todo o mundo. Se houver condições para ampliar o espaço de todo o jornal. Tenho a certeza de que uma editoria de Meio Ambiente e/ou de Responsabilidade Social será criada.

b) Não. Porque .....

**7- Há algum profissional designado especificamente para acompanhar/desenvolver pautas cujo enfoque seja o meio ambiente?**

- a) ( ) Sim
- c) ( X ) Não

**7.1- Se a resposta for positiva, qual a função deste profissional:**

- a) Repórter
- b) Editor,

- c) Estagiário
- d) Pesquisador
- e) Outro .....

**8- Qual o critério utilizado para designar um determinado repórter para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

- a) ( ) Profissional com formação na área
- b) ( ) Profissional interessado no tema
- c) ( ) Outro .....

Quando pudermos efetuar uma contratação será, evidentemente, de um profissional entusiasmado, mais que interessado, por essa área.

**9- Você considera importante a formação de jornalistas para a cobertura de temas relativos ao meio ambiente?**

a) ( x ) Sim. Em nível de especialização e/ou com cursos de extensão. Porque esta é uma área muito abrangente. Precisaria ser um profissional com formação multidisciplinar, embora, é claro, não devemos e não podemos ser muito severos a esse respeito

b) ( ) Sim. Preferencialmente com graduação em área afim ao tema em questão. Porque .....

c) ( ) Não. Porque .....

**10- O jornal investe neste tipo de formação?**

- a) ( ) Sim.
- b) ( ) Não

Explique, se julgar necessário .....

**4) Vera Brandimarte - Diretora de redação do Valor Econômico**

Perguntas:

**2- Qual o espaço que a cobertura de temas ambientais ocupa na escala de prioridades do jornal?**

- e) ( ) Alta
- f) ( x ) Média

- g) ( ) Baixa
- h) ( ) Inexistente

Explique, se julgar necessário:...

O tema não é tratado como uma área de cobertura específica, mas, sim, em cada matéria na qual a questão ambiental é importante ou decisiva para o caso tratado. Por exemplo, as discussões sobre a questão ambiental que barram os projetos hidrelétricos ou de construção de estradas, ou da transposição do São Francisco, por exemplo. .

**4- Caso exista a intenção do jornal de acompanhar os temas ambientais, com qual periodicidade estes são cobertos:**

- g) ( ) Diariamente
- h) ( ) Semanalmente
- i) ( ) Quinzenalmente
- j) ( ) Mensalmente
- k) (X) Outros

**5- Quais são os métodos utilizados pelo jornal para a seleção das pautas sobre meio ambiente?**

- g) ( ) Press Release
- h) ( ) Rádio escuta
- i) (X) Sugestão interna
- j) ( ) Publicações especializadas
- k) ( ) Sites
- l) ( ) Outros .....

**4- Qual a preocupação central da cobertura de meio ambiente pelo jornal?**

- a) ( ) Desastres ambientais
- b) ( ) Novas tecnologias
- c) ( ) Realização de negócios
- d) ( ) Investimentos
- e) Outros: .....

**5- Existe uma editoria específica para acompanhar os temas ambientais?**

- a) ( ) Sim
- b) ( x ) Não

**Se a resposta for negativa, como é o processo de definição da editoria na qual a matéria será publicada, quais os critérios utilizados?**

Depende do tema, mas em geral ele acaba sendo coberto na editoria de Brasil, se envolver grandes projetos de infra-estrutura, ou Empresas ou, ainda, de Agronegócios, se estiver passando por questões que envolvem empreendimentos rurais, como a utilização de plantas transgênicas

**6- Você acredita que exista a necessidade de uma editoria específica para abrigar as matérias relativas ao meio ambiente?**

c) Sim. Porque .....

d) Não. Porque o tema deve ser uma preocupação de todas as editorias, da mesma forma como cobrimos a questão de competitividade, de custos e resultado em qualquer área de cobertura. O tema hoje entra até na editoria de investimentos, com o surgimento dos fundos de empresas ecologicamente corretas

**7- Há algum profissional designado especificamente para acompanhar/desenvolver pautas cujo enfoque seja o meio ambiente?**

- a) ( ) Sim  
b) ( x ) Não

**7.1- Se a resposta for positiva, qual a função deste profissional:**

- f) Repórter  
g) Editor,  
h) Estagiário  
i) Pesquisador  
j) Outro .....

**8- Qual o critério utilizado para designar um determinado repórter para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

- d) ( ) Profissional com formação na área  
e) ( ) Profissional interessado no tema  
f) ( x ) Outro .....

**9- Você considera importante a formação de jornalistas para a cobertura de temas relativos ao meio ambiente?**

b) ( ) Sim. Em nível de especialização e/ou com cursos de extensão.  
Porque .....

b) ( ) Sim. Preferencialmente com graduação em área afim ao tema em questão.  
Porque .....

c) ( ) Não. Porque .....

**10- O jornal investe neste tipo de formação?**

- c) ( ) Sim.  
d) ( x ) Não

**5- Marcelo Moreira – editor Diário do Grande ABC**

Perguntas:

**3- Qual o espaço que a cobertura de temas ambientais ocupa na escala de prioridades do jornal?**

- i) ( ) Alta  
j) ( x ) Média  
k) ( ) Baixa  
l) ( ) Inexistente

Explique, se julgar

necessário:.....

**6- Caso exista a intenção do jornal de acompanhar os temas ambientais, com qual periodicidade estes são cobertos:**

- l) Diariamente  
m) Semanalmente XXXX  
n) Quinzenalmente  
o) Mensalmente  
p) Outros .....

**7- Quais são os métodos utilizados pelo jornal para a seleção das pautas sobre meio ambiente?**

- m) Press Release  
n) Rádio escuta  
o) Sugestão interna  
p) Publicações especializadas  
q) Sites  
r) Outros .....

TODAS AS ALTERNATIVAS ACIMA

**4- Qual a preocupação central da cobertura de meio ambiente pelo jornal?**

- d) Desastres ambientais XXX  
e) Novas tecnologias

- c) Realização de negócios XXX
- d) Investimentos XXX
- e) Outros: .....

**5- Existe uma editoria específica para acompanhar os temas ambientais?**

- a) ( ) Sim
- b) ( X ) Não

**Se a resposta for negativa, como é o processo de definição da editoria na qual a matéria será publicada, quais os critérios utilizados?**

...A definição de cobertura de temas de meio ambiente fica a cargo da editoria de cidades, que tem um repórter que cobre o tema.....

**6- Você acredita que exista a necessidade de uma editoria específica para abrigar as matérias relativas ao meio ambiente?**

- e) Sim. Porque .....
- Não. Porque .....a demanda de assuntos no Grande ABC, especificamente, não justifica a .criação de uma estrutura própria.

**7- Há algum profissional designado especificamente para acompanhar/desenvolver pautas cujo enfoque seja o meio ambiente?**

- a) ( x ) Sim
- b) ( ) Não

**7.1- Se a resposta for positiva, qual a função deste profissional:**

- k) Repórter XXX
- l) Editor,
- m) Estagiário
- n) Pesquisador
- o) Outro .....

**8- Qual o critério utilizado para designar um determinado repórter para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

- g) Profissional com formação na área
- h) Profissional interessado no tema XXX
- i) Outro .....

**9- Você considera importante a formação de jornalistas para a cobertura de temas relativos ao meio ambiente?**

c) ( x ) Sim. Em nível de especialização e/ou com cursos de extensão.  
Porque .....garante uma qualidade maior no material produzido

b) ( ) Sim. Preferencialmente com graduação em área afim ao tema em questão.  
Porque .....

..  
c) ( ) Não. Porque .....

**10- O jornal investe neste tipo de formação?**

e) ( ) Sim.

f) ( x ) Não

Explique, se julgar necessário

.....Há  
outras prioridades na redação para a formação e qualificação de profissionais,  
principalmente nas áreas de Política e Economia

**QUESTIONÁRIO 2 - PARA REPÓRTERES**

**1) Herton Escobar – repórter editoria Geral de O Estado de S. Paulo**

Perguntas:

**1- Você cobre pautas de meio ambiente?**

a) ( X ) Frequentemente

b) ( ) Eventualmente

**2- Quem define a pauta?**

a) ( ) Você

b) ( ) Editor

c) ( ) Outro

..... eu e o editor, mas na maioria das vezes, só eu

**3- Como você se prepara para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

a) ( ) Pesquisa matérias anteriores sobre o tema

- b) ( ) Conversa com o editor
- c) ( ) Consulta especialistas e pesquisadores sobre o tema
- d) ( ) Outro

todas as alternativas estão corretas, mas principalmente consulta a especialistas e pesquisadores

#### **4- Quem lê as matérias antes da publicação?**

- a) (X) O editor
- b) Um colega
- c) Ninguém
- d) Outro

#### **5- Você acha importante uma formação específica para cobrir meio ambiente?**

- a) ( ) Sim . Porque
- b) ( ) Não. Porque .. certamente ajuda, mas não acho que seja obrigatório (afinal, eu não tenho formação em meio ambiente e ainda assim consigo fazer um bom trabalho; acho que um bom jornalista consegue cobrir qualquer tema com o qual tenha afinidade)

#### **Se a resposta foi sim, essa formação, na sua opinião, deveria contemplar:**

- a) ( ) Curso de graduação na área ou em área afim.
- b) ( ) Cursos de especialização em nível de lato sensu
- c) ( ) Cursos de extensão e de aperfeiçoamento na área

#### **6- Qual seu principal objetivo quando faz uma matéria sobre meio ambiente?**

- a) ( X ) Apenas noticiar um fato
- b) ( ) Alertar o leitor sobre a importância do meio ambiente

c) ( ) Outro

noticiar o fato. A importância do meio ambiente deverá estar refletida nos comentários das fontes envolvidas

**7- Além dos desastres e eventos envolvendo o meio ambiente, como você acompanha o campo de cobertura ambiental?**

a) ( ) Apenas desenvolve pautas que já vêm prontas

b) ( ) Sugere a pauta a partir de press releases recebidos

c) ( ) Acompanha o tema em publicações ou sites especializados

d) ( ) Outros

principalmente press releases e sites especializados

**2) Andrea Vialli, repórter do Estadão para negócios e responsabilidade social corporativa.**

Perguntas:

**1- Você cobre pautas de meio ambiente?**

a) ( ) Frequentemente

b) ( x) Eventualmente

**2- Quem define a pauta?**

a) ( x) Você

b) ( x) Editor

c) ( ) Outro .....

**3- Como você se prepara para cobrir uma pauta sobre meio ambiente?**

a) ( x) Pesquisa matérias anteriores sobre o tema

- b) ( ) Conversa com o editor
- c) ( x) Consulta especialistas e pesquisadores sobre o tema
- d) ( ) Outro .....

**4- Quem lê as matérias antes da publicação?**

- a) (x)O editor
- b) Um colega
- c) Ninguém
- d) Outro .....

**5- Você acha importante uma formação específica para cobrir meio ambiente?**

- a) ) Sim . Porque .....
- b) X) Não. Porque ..embora alguns termos e temas sejam bem específicos e/ou técnicos, a pesquisa prévia e a ajuda de especialistas ajudam o jornalista a entender melhor os assuntos. Mas se especializar nesse campo é positivo, e o jornalista que vai por esse caminho adquire também uma visão mais crítica, o que ajuda na produção de matérias.

**Se a resposta foi sim, essa formação, na sua opinião, deveria contemplar:**

- a) ) Curso de graduação na área ou em área afim.
- b) X) Cursos de especialização em nível de lato sensu
- c) X) Cursos de extensão e de aperfeiçoamento na área

**6- Qual seu principal objetivo quando faz uma matéria sobre meio ambiente?**

- a) ( ) Apenas noticiar um fato
- b) ( X) Alertar o leitor sobre a importância do meio ambiente
- c) ( ) Outro .....

**7- Além dos desastres e eventos envolvendo o meio ambiente, como você acompanha o campo de cobertura ambiental?**

- a) ( ) Apenas desenvolve pautas que já vêm prontas

- b) ( ) Sugere a pauta a partir de press releases recebidos
- c) ( X) Acompanha o tema em publicações ou sites especializados
- d) ( ) Outros .....

## **ANEXOS II A XII**

GOVERNO

0.300/133

# Flávio Perri é nomeado para substituir José Goldemberg na secretaria

O embaixador Flávio Perri foi nomeado ontem pelo presidente Fernando Collor para o cargo de secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, segundo a agência Brasil. Ele substituirá o ministro da Educação, José Goldemberg, que exerceu o cargo cumulativamente desde a demissão do ex-secretário José Lutzemberger, às vésperas da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (Eco-92), no início de junho.

Perri participou ativamente dos preparativos da conferência, na qualidade de secretário-executivo do Grupo de Trabalho Nacional (GTN), presidido pelo também diplomata Carlos Garcia, hoje ministro da Criança. Flávio Perri assu-



Flávio Perri

miu a secretaria do GTN a seis meses da realização da conferência, com a missão de acelerar os trabalhos do grupo, que até aquele momento estavam atrasados.

# Maria Tereza pede demissão

por Judith Mota  
de Brasília

A presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Maria Tereza Jorge Pádua, pediu demissão ontem do cargo. Na última quarta-feira, quando foi anunciado o novo secretário de Meio Ambiente, Flávio Perri (para o lugar de José Goldemberg), há havia rumores de que ele assumiria também a presidência do órgão.

Maria Tereza atribui a pressões políticas a mu-

dança. "Eu andei desagradando alguns setores que queriam pegar muitos cargos no Ibama e eu não concordei", afirma. Outro fator apontado pela ex-presidente foi sua oposição à proposta de transferir para o Ministério da Agricultura as áreas de pesca e florestal.

Ela disse que assumiu a presidência do Ibama "em um chamamento do ex-secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, uma pessoa que admiro e respeito"

# Requião cria secretaria e promove a unificação de órgãos paranaenses

por Rosemeiry Tardivo  
de Curitiba

O governador do Paraná, Roberto Requião, deverá sancionar, na próxima semana, a lei que cria a Secretaria do Meio Ambiente e uma autarquia vinculada, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que aglutinará as funções até agora exercidas pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) e pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Surehma), a serem extintos pela mesma lei. "A integração destes dois órgãos fará com que o IAP nasça como uma das entidades ambientais mais bem organizadas e equipadas do País", disse o coordenador da área de defesa dos recursos naturais do ITCF, Eládio Del Rosal.

O Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés, explicou que a lei, aprovada pela Assembléia Legislativa na última sexta-feira, cumpre um projeto do início do governo Requião, de integrar a estrutura ambiental de forma a permitir, ao Estado, uma política mais ampla e atuação mais eficaz no setor.

Até agora, segundo entendimento do próprio governador, o Estado mantinha uma dicotomia de funções: o ITCF cuidando mais da área rural (cobertura florestal e recursos naturais renováveis) e Surehma com ações predominantemente urbanas (controle da poluição e monitoramento dos rios enquanto mananciais de abastecimento). Com a nova estrutura, a questão ambiental receberá "status" de secretaria de Estado (com

suas próprias ações incluídas nos planos gerais do governo) e o braço executor da secretaria, o IAP, contará com toda infra-estrutura dos dois órgãos que substitui.

Isto quer dizer, segundo um levantamento feito por Del Rosa para a Associação Brasileira de Entidades Ambientais, que o IAP contará com 302 profissionais de nível superior (engenheiros florestais químicos, físicos, biólogos) e 424 de nível médio, dos quais 110 na função de fiscal. Além disso, o novo órgão receberá 250 automóveis, 20 caminhões e 80 barcos. A integração fará com que os 19 escritórios regionais do ITCF, espalhados pelo interior, passem a ser utilizados para as funções até agora exercidas pela Surehma, que contava com apenas duas representações fora de Curitiba. O IAP terá também cinco laboratórios (dois para produção de sementes, pertencentes do ITCF, e três de análises físico-químico-biológicas, da Surehma).

Em termos de equipamentos, o novo órgão herdará, entre outros, um conjunto para sensoriamento remoto via satélite (que substitui as fotografias aéreas nas tarefas de acompanhamentos das alterações ambientais do Estado).

A Surehma entrará com uma série de equipamentos eletrônicos de última geração, obtidos através de convênio firmado com o governo alemão, e que permitirá grande avanço nas pesquisas e monitoramento do uso de agrotóxicos e outros elementos poluidores do meio ambiente.

## ■ GRANDE SÃO PAULO

### SANEAMENTO

# Sabesp quer ampliar venda de água de reúso

Empresa negocia com prefeituras da Grande São Paulo para comercializar excedente de produção de estações de tratamento

A Sabesp está negociando com várias prefeituras para aumentar o consumo de água de reúso na região metropolitana de São Paulo. "Produção é o que não falta e a meta é ampliar o sistema nas estações de São Miguel, Parque Novo Mundo e Suzano", diz o gerente Leonardo Barbrato. Só em Barueri, a empresa trata 7 mil litros de esgoto por segundo e têm capacidade de produzir 26 mil metros cúbicos por mês de água de reúso.

Para aproveitar essa produção, enquanto o pólo industrial não vem, a prefeitura de Barueri vai assinar outro contrato com a Sabesp. A partir de amanhã, o município comprará água de reúso a R\$ 0,30 o metro cúbico. A prefeitura vai usar o produto na limpeza de ruas, pisos públicos, desentupimento de bueiros e jardinagem, entre outras tarefas hoje realizadas com água tratada para o consumo da população.

São Caetano do Sul já faz o mesmo, desde maio. O DAE (Departamento de Água e Esgoto) que monitora o abastecimento da cidade, compra 2 mil metros cúbicos/mês de água de reúso da unidade do Ipiranga da Sabesp. Para o diretor-técnico do DAE da cidade, Denis Striani,



Estação de tratamento do Guarujá: Sabesp mantém unidades espalhadas por todo o estado e poderia fornecer água reutilizada para grande parte do parque industrial paulista

"cada litro de água potável economizado é um ganho social enorme e queremos ampliar a utilização da água de reúso".

O DAE está estudando com a Sabesp uma forma de diminuir a concentração de hipoclorito (substância usada no tratamento da água) e fazer uma rede paralela de distribuição de água nos órgãos municipais. "Seria uma torneira de água potável, outra de água de reúso", afirma. "Mas nosso objetivo mesmo é fazer com que o setor industrial utilize a água de reúso", explica. "Estamos preparados para qualquer

demanda", diz o gerente de Desenvolvimento Mercadológico da unidade de tratamento de esgoto da Sabesp, Leonardo Barbrato Jr. "Mesmo nos municípios que não são operados por nós."

O sistema da Sabesp do ABC produz 37 mil metros cúbicos/mês e a companhia também vai implantar o projeto nas estações de tratamento de Suzano, São Miguel e Parque Novo Mundo. As instalações para produzir a água industrializada ficarão prontas em julho e terão capacidade de produzir mais de 65 mil metros cúbicos/mês.

Para muitos ambientalistas, a reutilização da água é uma solução esperada há muito tempo. O método já é corriqueiro em países como Israel, França, Japão e EUA. Para o ambientalista Mário Mantovani, a cultura da economia de recursos naturais é uma urgência. "Algumas empresas no Brasil já fazem a reutilização de água; é bom que o Estado tome a frente no processo." Para Mantovani, não há como fazer mágica e a tendência é no futuro o efluente de cada imóvel cair em redes especiais para ser tratado. ■

## Hopi Hari recicla o que consome

Algumas indústrias na Grande São Paulo encontraram na reutilização da água uma forma de driblar a escassez e o alto preço dos recursos hídricos. "São Paulo já perdeu várias indústrias que deixam a região em busca de água mais barata", afirma o gerente de desenvolvimento mercadológico da unidade de tratamento de esgoto da Sabesp, Leonardo Barbrato Jr. Mas nem sempre sair da região metropolitana é uma alternativa lucrativa.

Enfrentar o problema investindo em tecnologia que reduza o impacto ambiental da empresa na região sempre foi um tabu; hoje é uma necessidade.

A fábrica das Linhas Correntes do Tpiranga, por exemplo, utiliza água reutilizada para limpeza. A empresa, muito próxima da estação de tratamento, recebe a água de reúso da própria rede da Sabesp. Mas essa é uma exceção. A General Motors, em

São Caetano do Sul, tem na própria fábrica uma mini-estação de tratamento para a reutilização de água.

Um mesmo exemplo seguiu o primeiro parque temático do Grupo Playcenter. O Hopi Hari, na região de Campinas, investiu num sistema canadense de reutilização. "Uma forma de garantir a auto-sustentabilidade", diz a assessora de imprensa do parque, Cláudia Mello.

A água do Hopi Hari vem de dois poços e não existe, portanto, necessidade de captação dos mananciais. Após o uso normal, a água é represada num circuito fechado e passa por filtros especiais para eliminar os resíduos, garantindo melhores níveis de tratamento. Depois de recuperada, a água é reutilizada para limpeza de sanitários, lavagem de pátios e irrigação. "É uma forma de evitar o desperdício de água e a poluição dos mananciais", explica o diretor-superintendente do parque, Marcelo Cardoso. (C.M.) ■

## Grande São Paulo tem cinco estações

A Sabesp atende a região metropolitana de São Paulo com várias estações de tratamentos espalhadas em bairros e pequenas cidades, e também com o sistema integrado de esgoto que possui cinco estações em operação: Barueri, ABC, Suzano, São Miguel e Parque Novo Mundo.

Concluídas nos últimos 15 anos, as estações têm vazão média de 11 mil litros de esgoto por segundo. A ETE com maior capacidade de vazão é a de Barueri, que trata 7 mil litros por segundo de esgoto drenado também de cidades vizinhas. A que opera com menor vazão é a estação de São Miguel, que trata 513 litros por segundo de esgoto.

O esgoto chega às estações por meio de uma rede de dutos e coletores de vários diâmetros. Muitos atravessam cidades inteiras para chegar a ETE. Na estação de tratamento, o material orgânico é despejado em diferentes reservatórios. Cada um com uma

função. O material mais grosseiro (como galhos, lixo, etc.) é separado no início do processo.

### Falta de investimento

Depois, o esgoto vai para os tanques de decantação, onde é feito o tratamento efetivo do material. Substâncias químicas são adicionadas ao esgoto já tratado e depois de passar por mais duas filtrações com cloro e outras substâncias, a água de reúso está pronta para receber um destino bem mais útil. Um produto barato e muito importante para a preservação dos mananciais da grande São Paulo.

Apesar de tecnologia de produção planejada de água de reúso estar em estágios bem mais avançados em outros países, no Brasil o reaproveitamento do efluente de estações de tratamento é bastante incipiente. Para ambientalistas, houve falta de investimento. Segundo dados da Sabesp, mais de 90% dos municípios brasileiros não têm tratamento de esgoto. ■

## Guarulhos aumenta exigências

Wagner Oliveira de São Paulo

Guarulhos criou uma lei que obriga empresas interessadas em se instalar no município a apresentar um projeto técnico específico para o consumo de água, além da documentação de praxe. Inconformadas, entidades empresariais consideram a medida um desestímulo para a atração de novos empreendimentos ao município.

"Isso é uma burrice; uma empresa que está vindo para Guarulhos vai pensar duas vezes agora", afirma o diretor do Ciesp/Guarulhos (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Antonio Carlos Kock. "A Prefeitura tem que facilitar, e não, criar dificuldades."

Proposta pelo vereador Armando Gomes de Matos (PV), a lei visa, segundo o autor, a disciplinar o consumo de empreendimentos de porte que queiram se instalar em Guarulhos, apresentando um croqui antecipadamente à autarquia que distribui a água na cidade.

"Os empresários estão criticando sem conhecer a fundo o problema", explica. "Ninguém quer desestimular a vinda de empresários, mas é preciso ordenar o consumo para que todos tenham água de forma igualitária", afirmou o superintendente-adjunto do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (Saee), João Roberto Rocha de Moraes.

O presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Guarulhos (Acig), Anunciato Thomeo, diz que Guarulhos vai deixar de receber empresas. "Não adianta a Prefeitura negar, é mais uma 'burocracia' e um 'impostinho'", conclui.

O superintendente do Saee diz que Guarulhos segue o exemplo de outras cidades, como São Paulo, que exige saber as necessidades de consumo de cada nova empresa. "Se uma indústria precisa de muita água e quer se instalar em determinado ponto, temos que saber se o bairro comporta", afirma Moraes. "Do contrário, os vizinhos serão prejudicados", diz.

Com 1,1 milhão de habitantes,

o segundo maior município em população do Estado de São Paulo não consegue suprir a demanda de água. Guarulhos recebe atualmente 3.140 litros de água por segundo (95% produzidos pela Sabesp), quando necessita de 3.800 litros por segundo.

Para o Saee, a falta de um plano diretor atualizado complica ainda mais a instalação de grandes empreendimentos sem uma pré-avaliação dos técnicos da autarquia municipal que gere o sistema de água da cidade. "Os empresários têm que entender que não há água suficiente para todo mundo", disse.

### Poço artesiano

Para amenizar a falta de água na cidade, a Prefeitura está recorrendo a poços artesanais. Num contrato com a empresa Geoplat, a administração se compromete a comprar água de 21 poços durante cinco anos — após esse período, as fontes serão incorporadas ao patrimônio público. A previsão é de que em um ano todos os poços estejam produzindo 390 litros de água por segundo.

O metro cúbico produzido pelo poço artesiano custa R\$ 0,36 à Prefeitura, que paga à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) R\$ 0,68 pela mesma quantidade do produto.

De acordo com o Saee, o crescimento desordenado, a poluição dos mananciais e a falta de investimentos em administrações passadas fizeram que não fosse possível oferecer água de forma ordenada a todos os habitantes de Guarulhos.

A professora Mônica Porto, do Departamento de Recursos Hídricos da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que nos últimos dez anos houve "uma explosão" na exploração de aquíferos na região da Grande São Paulo. Os maiores consumidores são cidades, condomínios, indústrias e hospitais, em busca de meios alternativos de abastecimento.

Segundo ela, enquanto a Sabesp produz 63 metros cúbicos por segundo, poços artesanais estariam gerando 10 metros cúbicos por segundo na região metropolitana. ■

0.300 ~~0.300~~

# Reunião em Genebra termina sem fixar prazos mundiais para o fim dos gases CFC

A reunião sobre meio ambiente patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) terminou ontem em Genebra com a concordância em torno da necessidade de se acelerar a redução gradativa dos produtos químicos que destroem a camada de ozônio que protege a Terra, mas sem a imposição de nenhum cronograma determinado para essa medida, informou a AP/Dow Jones.

Mustafa Tolba, diretor do programa ambiental da ONU, disse que os Estados Unidos e muitos outros países queriam proibir os clorofluorcarbonos (CFC) e os "halons" — gases usados na espuma de combate ao fogo — até o fim de 1995, embora os países escandinavos tenham proposto como limite o fim de 1994.

A ONU tinha anteriormente fixado como meta o ano 2000, com um período de carência de dez anos para os países em desenvolvimento.

Tolba também disse numa coletiva à imprensa que não havia consenso em

torno de alguns outros produtos químicos de emprego generalizado que corroem a camada de ozônio. Os técnicos do governo vão reunir-se em julho para aprofundar as conversações para preparar a reunião ministerial de novembro que deverá adotar novas metas de eliminação progressiva.

Grupos ambientais disseram que as propostas apresentadas durante o encontro de dez dias eram muito brandas, em vista das alarmantes novas evidências de que a proteção contra os raios solares prejudiciais está desaparecendo mais rapidamente do que se esperava.

## ESGOTAMENTO

Estudos apresentados a sessenta funcionários de diferentes governos presentes na reunião de Genebra demonstraram haver esgotamento da camada de ozônio sobre a América do Norte, boa parte da América do Sul e da Ásia, e sobre quase toda a Europa, Austrália e Nova Zelândia.

# Marcílio aceita convite do Japão para integrar grupo sobre a questão ambiental

-91-

por Marco Antonio Monteiro  
do Rio

sã)

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, recebeu na segunda-feira um convite do governo japonês para participar, a partir de abril próximo, da Comissão Wyseman, que reunirá intelectuais, economistas e ex-chefes de Estado, como, por exemplo, a ex-primeira ministra da Inglaterra Margareth Thatcher, para discutir a questão ambiental em âmbito mundial e elaborar um programa de apoio à preservação da natureza através de planos de desenvolvimento auto-sustentado em vários países.

O convite foi feito pessoalmente ao ministro pelo cônsul-geral do Japão no Rio de Janeiro, T. Tanabe, que chegara pela manhã de Tóquio e em seguida foi à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), onde ocorreu um almoço com 350 empresários. O ministro garantiu que estará em Tóquio em abril para participar dos debates da comissão.

O presidente da ACRJ, Paulo Protásio, informou que até as 10 horas de segunda-feira 280 empresários tinham confirmado a presença no encontro com o ministro. Por volta do meio-dia este número chegou a 350, o que obrigou os organizadores a buscar mais mesas e cadeiras no outro restaurante da ACRJ, localizado no mes-

mo prédio. Protásio afirmou que 50 empresários tiveram que almoçar no outro restaurante por falta de espaço no local.

O próprio ministro se disse surpreso com a grande afluência de empresários ao encontro, por ter ocorrido num dia de pouco movimento entre o final de semana e as festas de fim de ano. "Surpreendi-me com o número de empresários, porque sendo o dia 30 de dezembro, alguns deles deveriam estar em suas casas de praia ou na serra."

O ministro também se disse satisfeito com o encontro e afirmou que não ouviu queixas dos empresários. "Foi um encontro em que houve mais convergências do que divergências", resumiu Marcílio.

Após o encontro, vários empresários ressaltaram a tranqüilidade transmitida pelo ministro, ao comentar suas propostas econômicas para 1992, a exemplo da continuidade da austeridade financeira e fiscal e da promessa de simplificação do sistema de arrecadação de impostos. Frederico Lundgren, vice-presidente das Casas Pernambucanas, disse que a idéia do ministro é simplificar o sistema de coleta de impostos no País para incorporar a economia informal. "Ele sabe que a complexidade do sistema de coleta de impostos faz com que muitas microempresas deixem de recolher seus tributos", contou Lundgren.

PRAIAS

# Algas microscópicas formam maré vermelha e afastam banhistas no Rio

por Sérgio Adeodato do Rio

As fortes chuvas que atingiram o Rio de Janeiro no fim de semana não foram suficientes para afastar das praias cariocas as algas microscópicas que causam o fenômeno marinho chamado de "maré vermelha". Há um mês o mar de toda a costa fluminense está escuro, afugentando os banhistas e ameaçando o verão carioca, que nos últimos dias tem registrado temperatura próxima dos 40º Celsius.

Segundo Renê Justen, diretor do Departamento de Planejamento Ambiental da Feema, a agência ambiental do Rio, o fenômeno é causado por um conjunto de fatores marinhos, como a alta incidência solar que favorece a fotossíntese, o calor, salinidade intensa, mar calmo e grande quantidade de nutrientes, principalmente matéria orgânica despejada no mar pelas galerias pluviais da cidade.

"Não podemos associar a maré vermelha somente à poluição, porque praias como a Barra e Maricá, que não recebem lançamento de esgoto, apresentam o fenômeno", argumenta Justen. "O Rio tem muitas ligações clandestinas de esgotamento de prédios na rede de água pluvial que desemboca nas praias", diz o diretor.

A Feema já identificou a espécie da alga que está atrapalhando o verão carioca. Trata-se da alga prasinoficea, cujo poder tóxico ainda é desconhecido pela ciência. "Mas se essa microalga liberasse substâncias tóxicas, haveria mortalidade de peixes e outros animais marinhos, o que

não ocorreu até o momento", esclarece Justen, informando que outro tipo de alga, a cianoficea, que é mais tóxica aos peixes, está presente em pequena quantidade na maré vermelha que atualmente atinge as praias do Rio. Segundo Justen, para classificar o fenômeno como maré vermelha é necessária uma concentração de um milhão de células de algas por litro de água. A concentração atual é de 30 milhões de células por litro.

"Somente uma mudança no clima causada por uma frente fria, diminuindo a temperatura e agitando as águas do mar, poderia acabar com a maré vermelha, informa Justen. "O Rio sofreu o mesmo problema em janeiro de 1987 e no ano passado, mas em escala tão reduzida que foi imperceptível pela população. Essa é a maior maré ver-

melha da história da cidade", acrescenta.

Como os técnicos ainda desconhecem os efeitos das algas à saúde humana, a Feema está desaconselhando o consumo de moluscos, animais marinhos que filtram a água e concentram os nutrientes para sua alimentação. "Pode ser que essas algas, ingeri-

das de forma concentrada junto com os moluscos, causem efeito tóxico", adverte Justen.

O alto índice de coliformes fecais na água — e não a maré vermelha — levou a Feema a considerar impróprias para banho as praias que vão do Flamengo a São Conrado, incluindo Copacabana, Ipanema e Leblon.

~~011133~~ Q.300/133

# Destilaria gaúcha sai em busca de carpas e lambaris para repovoar manancial

por Guilherme Arruda  
de Bento Gonçalves

Os diretores da Destilaria Busnello Ltda., de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, uma das maiores exportadoras de malte uísque do País, estão ocupando boa parte de seu tempo com uma operação especial. Para cumprir uma recomendação do Ministério Público, a empresa está promovendo a remoção de 100 mil lambaris e de 300 carpas de açudes próximos para o arroio Barracão, principal ponto de captação de água do município.

No início de dezembro, a destilaria foi notificada pelo promotor da Vara de Defesa Comunitária de Bento Gonçalves, Jorge Luís Porchar Jardim, a responder denúncia da Associação Bentogonçalvence de Proteção ao Meio Ambiente (Abepan), que a acusou de ter sido responsável pela morte dos lambaris e das carpas que povoavam o arroio Barracão.

Não houve tempo, desde a denúncia, para ser elaborado um laudo técnico para apurar a causa da morte dos peixes. Mas há indicações claras de que eles foram asfixiados pela elevada concentração de ácido sulfúrico que a destilaria utiliza em seu processo de produção.

As carpas foram as primeiras a ser transferidas de açudes localizados na granja da família Pessetto, proprietária da destilaria, em Jansen, no vizinho município de Farroupilha, a uma distância de cerca de 20 quilômetros. As carpas foram recolhidas com redes de náilon e levadas em bombonas, espécie de tambores plásticos com capacidade de 200 litros, para um tanque da destilaria, utilizado para resfriamento. O tanque tem 40 mil litros e foi abastecida com água do arroio Barracão. Uma bomba elétrica executa o trabalho de renovação constante da água, dia e noite.

"Essa adaptação é necessária para não provocar uma mudança súbita de ambiente para a carpa. A bombona é mergulhada no tanque por 15 minutos de depois retirada", explica o diretor da empresa, Luís Alberto Pessetto. Como é época de desova, as carpas maiores tiveram preferência. O deslocamento é feito através de estradas de terra batida e a velocidade das viagens não ultrapassa 50 quilômetros por hora. Noventa e sete carpas já estão no tanque, e as restantes deverão ser colocadas até sexta-feira em outras três viagens.

Os lambaris, peixes que pesam cerca de 30 gramas e medem até 10 centímetros, poderão ser transportados em apenas uma única viagem, ou no máximo duas. Pessetto acredita que conseguirá colocar perto de 40 mil lambaris no arroio. "A Abepan contou apenas as carpas. Não há registro oficial de mortes

de lambaris", afirma o empresário, que ainda não contabilizou os gastos com a operação. Mas acredita que será mínimo, já que os peixes foram retirados de açudes particulares e doados por amigos da região.

A coleta dos lambaris ainda não começou, possivelmente ocorra amanhã, e será feita por meio de tarrafas de malhas finas para impedir que os peixes morram presos pelas guelras. São duas tarrafas, cada uma com capacidade para recolher até setenta lambaris. "Em uma hora estimo recolher 15 mil lambaris", prevê Pessetto, que utilizará seis bombonas para armazenar os peixes.

Conforme a Abepan, a mortandade foi ocasionada pela acidificação da água. Ocorreu uma queda brusca do pH da água, de 7 (normal) para 0.1. Os peixes morreram por asfixia. Ao encaminhar a denúncia, o presidente da entidade, Luís Signor, chegou a levantar a hipótese da morte ter ocorrido pela diferença de temperatura da água do arroio. Esse argumento, no entanto, é categoricamente rebatido pelo professor Rodrigo Leygue-Albe, do Departamento de Química da Universidade de Caxias do Sul (UCS). "Foi, isto sim, algum produto secundário da fermentação", diz o professor.

Embora não exista laudo técnico — amostras da água recolhidas pela Abepan não foram submetidas a análises —, o professor diz que a causa da morte é decorrente da presença de ácido sulfúrico ( $H_2SO_4$ ). Luís Pessetto, da destilaria, confirma que utiliza o ácido. "Nós temos um tanque de 18 mil litros e outro de mil. Neste, fizemos o pé de cuba, que é a propagação dos fermentos, e adicionamos 100 mililitros de ácido sulfúrico para eliminar possíveis bactérias. Isso acontece uma vez na semana. Essa mistura é despejada depois no tanque maior, e aí segue o processo normal", explica.

Centro de Informações

P.	A.
45	10/1992

GAZETA MERCANTIL

# Mercado faz surgir "Smog Valley" na Califórnia

Do The Economist

As rígidas leis ambientais da Califórnia forçaram muitas empresas a fugir desse Estado norte-americano. No entanto, estas mesmas leis também estão sendo consideradas vantajosas para a indústria de maior crescimento no futuro: os serviços ambientais.

Dois habilidades empresariais ajudaram a fazer com que a Califórnia se transformasse na oitava economia do mundo e no maior centro de manufatura dos Estados Unidos: uma disposição de adotar novas indústrias e um talento para aproveitar ao máximo o meio ambiente e a localização. No decorrer dos últimos 50 anos, a ensolarada Califórnia alimentou indústrias tão diferentes quanto a agricultura, o cinema, o setor aeroespacial e a indústria de produtos eletrônicos. No entanto, há bastantes coisas a se mencionar-se: o "meio ambiente" para um homem de negócios da Califórnia nos dias atuais para que ele estenda a mão em direção a um herbicida. A Califórnia, como se sabe, já adotou as regras ambientais mais severas do mundo. No ano passado, o empresariado do Estado se uniu para derrotar o "Grande Verde" — um pacote de medidas ambientais ultra-rigorosas submetido aos eleitores nos termos de um plebiscito. Apesar desta vitória, as consequências são responsáveis pela manufatura continuam se transferindo para outros estados, como o Arizona e Nevada — citando os verdes militantes da Califórnia como um dos principais motivos para este êxodo generalizado.

fesa e muitos engenheiros estão adotando a coloração verde intensa. Será que isto pode representar o início de um milagre econômico de "Smog Valley" (Vale da Fumaça), comparável ao explosivo crescimento da indústria de microchips e de computadores que ocorreu no assim chamado "Vale do Silício", ao sul de São Francisco, nos anos 70? Conversando-se com a maioria dos empresários da Califórnia, não é esta a impressão que se tem. Quase todos eles odeiam as chamadas leis verdes. Mas o que mais enfurece os empresários é a maneira "dispensiosa e confusa" com que as leis estão sendo empregadas. Outros estados oferecem às empresas uma espécie de "joia única" com um funcionário ambiental do estado para cada empresa.

Na Califórnia, este total provavelmente é de quase 20 — graças aos diversos administradores locais, regionais e estaduais, além das várias agências individuais que estão cuidando de tudo, desde a qualidade do ar à saúde dos trabalhadores. Um dos técnicos pode querer que uma fábrica emita os seus gases tóxicos (para proteger os trabalhadores); outro irá apresentar objeções a isto (para proteger o meio ambiente).

## Região responde por 25% dos negócios ambientais

Tudo isso acaba sendo extremamente frustrante. No entanto a rígida legislação verde é também um sucesso da Califórnia. No ano passado, o Congresso fez emendas na Lei do Ar Limpo (Clean Air Act) aproximando os padrões federais dos vigentes na Califórnia. No final de outubro, a maioria dos estados no nordeste do país adotou os padrões californianos para os automóveis; esses padrões eram anteriormente considerados como "muito draconianos".

Isso significa que o desafio do movimento verde

também é uma oportunidade, pelo menos para aquelas empresas que aprendem a lidar primeiro com as mudanças exigidas. Como resultado disso, as empresas da Califórnia, deparando-se com as regras ambientais mais rígidas, acabam tendo uma vantagem sobre as demais.

A oportunidade, sem dúvida, é enorme. A conta total para a limpeza das várias instalações militares e de energia pertencentes ao governo federal poderá superar a casa dos US\$ 200 bilhões no decorrer da próxima década. Na Europa, onde os padrões ambientais estão quase dez anos atrasados em relação à Califórnia, os governos estão se esforçando para recuperar o tempo perdido. Na Ásia, Taiwan já prometeu gastar quase US\$ 40 bilhões com projetos de limpeza ambiental durante os próximos cinco anos e está contactando empresas da Califórnia com experiência nesse campo.

O Environmental Business Journal, um publicação sediada em São Diego, calcula que a Califórnia já é responsável por 25% da crescente indústria norte-americana de serviços ambientais. Alguns estados da costa leste, como Nova Jersey, têm mais experiência no setor da administração de detritos sólidos e de aterros sanitários; o Texas — previsivelmente — lidera no setor da limpeza de detritos decorrentes do petróleo. Mas a Califórnia é líder incontestável nos setores de qualidade do ar, tratamento de água, de pesticidas e de energias alternativas.

A maior parte da energia elétrica mundial a partir dos ventos e do sol é gerada neste estado. Atualmente, uma nova regra determina que até o ano 2003, um em cada dez automóveis vendidos na Califórnia terá de ser um veículo de emissão zero — o que é um poderoso incentivo para a produção de um carro elétrico, considerando-se que o estado é o lugar onde se encontram 3% dos automóveis mundiais. A General Motors sonha em gastar cerca de US\$ 1,3 bilhão tentando se enquadrar nestes objetivos. Praticamente todas as grandes empresas automobilísticas atualmente possuem um escritório de projetos na Califórnia.

Muitas das maiores indústrias da Califórnia centraram no mercado ambiental. Em posição de franca liderança estão as grandes empresas de engenharia, como a Bechtel, a Fluor Daniel e a Parsons. A Bechtel registrou rendimentos de quase US\$ 1 bilhão a partir de projetos ambientais nos Estados Unidos durante o último ano. Ela acaba também de ganhar um contrato para a construção de uma usina no valor de US\$ 125 milhões para o tratamento de resíduos químicos em Hong Kong. Pasadena, uma das regiões mais poluídas de Los Angeles, é o local onde está se desenvolvendo uma considerável indústria de engenheiros e consultores especializados em questões ambientais.

## Estado já exporta seu know-how verde

Por enquanto, a tecnologia desempenhou apenas um papel pequeno na indústria de serviços ambientais. A coleta de detritos e o seu transporte a um aterro sanitário difícilmente é uma atividade que possa ser descrita como de alta tecnologia.

Mas essa situação está mudando, e se modificar. Biotecnólogos do sul da Califórnia estão criando métodos de engenharia ge-

nética, novos "superbugs" capazes de devorar, até mesmo os detritos mais indigestos possíveis. Os cientistas também estão à procura de novos métodos para a purificação da água com filtros de carbono para conseguir a dessalinização da água do mar com finas membranas que eliminam o sal.

A indústria dos produtos eletrônicos do Vale do Silício também está gerando novas ideias em parte por que ela mesma é surpreendentemente poluidora. Uma nova empresa, a Alameda Instruments, desenvolveu um processador de ácido sulfúrico que permite às empresas fabricantes de chips purificarem e reutilizarem o ácido necessário para a limpeza dos microchips.

A alternativa é transportar o ácido até um lugar para detritos tóxicos. Nancy Pflum, uma analista da Hambrecht & Quist, um banco de investimentos sediado em São Francisco, calcula que os investidores locais já têm aplicado cerca de US\$ 100 milhões no decorrer dos últimos dois anos em novas empresas ambientais.

As pequenas empresas do sul da Califórnia podem liderar o caminho em termos tecnológicos. Mas por causa do elevado risco de responsabilidade inerente a qualquer tipo de trabalho ambiental, as grandes e bem-capitalizadas empresas provavelmente ficarão com o papel principal de tais negócios. Agora alguns gigantes e solenitas empresas do "Smog Valley" já começaram a movimentar — incentivadas

inicialmente pela necessidade de limpar suas próprias atividades para poder se enquadrar nas regras adotadas pelo estado. Um bom exemplo disso é a Southern California Edison, a fornecedora de energia elétrica para Los Angeles.

Após ter resistido inicialmente às leis antipoluição do Estado, a empresa de utilidade pública gastou uma fortuna no decorrer da última década, tentando limpar as suas próprias sujeiras — e também tentando superar, em termos de investimentos ambientais a Pacific Gas & Electric, a empresa que fornece eletricidade ao norte da Califórnia.

A Edison está atualmente sendo chefiada por John Bryson, que foi um dos membros fundadores do National Resources Defense Council, um grupo ambiental. Tendo aprendido a viver sob as leis verdes da Califórnia, a Edison está agora tentando ensinar aos seus clientes industriais os mesmos truques para impedir que eles se sintam obrigados a deixar o estado.

O principal exemplo do sucesso da Edison é o Customer Technology Application Centre. A empresa de utilidade pública desenvolve novos solventes baseados em água, que podem ser usados para revestir tacos de golfe e guitarras elétricas. A nova técnica permite lavar estes objetos com calor infra-vermelho.

"Certamente não é a nossa função fabricar guitarras elétricas, mas nós queremos manter os nossos clientes," explica Barry

Sedlik, do Customer Retention Programme da Edison. O próximo passo da Edison será a venda das suas tecnologias a outras empresas fornecedoras de energia e para clientes fora do Estado da Califórnia.

## Padrões rígidos estão sendo copiados em outros locais

As empresas do setor de defesa também se mostram interessadas pela possibilidade de trilhar este caminho, incentivadas pela perspectiva de gastos militares reduzidos no futuro próximo e pela fabulosa atração das operações militares de limpeza. Para as grandes empresas do setor, como a Northrop e a Rockwell, os serviços ambientais se enquadram nos seus pontos mais fortes: a tecnologia, a administração de projetos e uma abundância de contratos governamentais. Elas já estão competindo para solucionar vários problemas ambientais causados por atividades do Pentágono e do Departamento de Energia do governo federal.

A Lockheed, a grande fabricante de equipamentos do defesa e do avião no sul da Califórnia, construiu um grande laboratório ambiental em Las Vegas e está considerando a possibilidade de concorrer a um "environmental Restora-

tion Management Contract" (Contrato de Gerenciamento e Recuperação Ambiental) no valor de US\$ 3 bilhões, para a limpeza de uma instalação do Departamento de Energia nos arredores de Cincinnati.

A Hughes, uma empresa de contratos de defesa baseada em Los Angeles, montou uma unidade independente para o mercado de serviços ambientais e está construindo um incinerador no valor de US\$ 85 milhões no Mississippi. Até mesmo o Rand Institute, um "think-tank" californiano mais conhecido pelos trabalhos desenvolvidos em questões referentes à defesa, está agora à procura de especialistas em assuntos ambientais.

A ideia das empresas de defesa transformando as suas "epidárias" em arados apropriados para a ajuda ao meio ambiente está deixando preocupados alguns dos mais fanáticos defensores da ideologia verde. No entanto, os enormes gastos governamentais com as questões ambientais poderão dar às pesquisas o impulso que elas estão necessitando.

Os clientes empresariais, como se sabe, estão se mostrando menos dispostos do que o governo a experimentar novas tecnologias para limpar seus resíduos. No decorrer da década de 70, os gastos norte-americanos com a tecnologia de fundo militar ajudaram consideravelmente o desenvolvimento do Vale do Silício. Os anos 90 poderão agora ver uma enorme operação de limpeza militar dando um impulso semelhante ao "Smog Valley".

## GAZETA MERCANTIL

Centro de Informações

P.	A.	I.	C.

03 JAN 1992

# Lei pode obrigar empresas a incluir balanço ambiental em seus relatórios anuais

por Andrew Jack  
do Financial Times

As companhias do Reino Unido poderão em breve estar verdes de vergonha por seus relatórios ambientais e de segurança, se o projeto de lei apresentado por um deputado for aprovado em segunda votação no Parlamento britânico.

O Projeto de Lei de Informações Ambientais e de Segurança das Empresas, apresentado pelo deputado Jeff Rooker, emendaria a Lei de Companhias de 1985 e forçaria as empresas a acrescentar uma nova seção aos relatórios de diretoria nos relatórios anuais e na contabilidade.

Qualquer companhia com mais de cinquenta empregados teria de incluir um novo parágrafo chamado "Segurança e Meio Ambiente", paralelamente a informações existentes sobre questões como os deficientes físicos, as contribuições políticas e consultas aos empregados, além das informações puramente financeiras.

As informações que teriam de ser divulgadas incluem:

- Intimações para o cumprimento de regulamentos expedidos pelas autoridades regulamentadoras.

- Condenações por transgressões às leis ambientalistas e de segurança.

- Acidentes sérios sofridos pelos empregados.

- Pagamentos compensatórios efetuados após ferimentos ou acidentes fatais.

A idéia veio originalmente da Citizen Action Compensation Campaign. Henry Witcomb, jurista que ajudou a elaborar o projeto de lei, afirma: "Nossa preocupação é que a legislação existente não faz o suficiente em termos de prevenção. Ela somente leva à compensação, que nunca é adequada. Colocar as coisas preto no branco deveria ser um estímulo crucial para mudanças".

Algumas iniciativas tomadas por órgãos regulamentadores na área de segurança e do meio ambiente já são publicadas nos registros públicos locais. No entanto, as informações reveladas são mínimas e relativamente inacessíveis.

(US\$ 1,8 milhão) em fevereiro de 1990, depois que 156 toneladas de petróleo cru foram derramadas no rio Mersey por causa de um oleoduto rompido. Não há menção ao acidente no relatório anual e nos livros contábeis.

Emily argumenta que as companhias já têm de coletar a maior parte dessas estatísticas para efeitos estatutários. Ela afirma que quaisquer custos adicionais na compilação e apresentação da contabilidade seriam mínimos.

"O projeto de lei forçaria os diretores a apresentar os dados reais, em vez da verbosidade de relações públicas que eles normalmente produzem", diz ela. "Mas não é necessariamente algo negativo. Isso permitirá que as companhias coloquem suas ações dentro de um contexto mais amplo e expliquem as medidas corretivas que tenham adotado."

## FALTA DE TRANSPARENCIA

Uma pesquisa separada, conduzida no ano passado pelo Company Reporting, um jornal que monitora os relatórios anuais, descobriu uma falta similar de transparência. Numa amostra de 670 relatórios anuais, o jornal encontrou apenas três que destacavam informações ecológicas em um texto separado. "A maioria dos informes é de nível tão baixo que se tornam virtualmente desprovidos de sentido", escreveu a publicação.

O grupo Courtaulds, do ramo de produtos químicos e fibras, apóia o espírito do projeto de lei. Freddie Daniel, gerente de assuntos públicos, afirma: "Penso que a resposta inicial de algumas companhias provavelmente será defensiva, mas não adianta nada tapar o sol com a peneira. Nós tentamos adotar uma atitude tão aberta quanto possível". No entanto, diz ele, totais simplificados deveriam figurar nos relatórios de forma a evitar uma lista muito longa, com um relatório em separado dando detalhes suplementares; a privacidade de pagamentos compensatórios individuais confidenciais também deveria ser res-

## LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

Emily Russell, uma pesquisadora que trabalha para a Campanha pela Liberdade de Informação, copatrocinadora do projeto, disse que demorou muito tempo até que se pudessem desenterrar os detalhes de ações tomadas contra as empresas. Ela analisou mais de vinte grandes companhias condenadas por transgressões aos regulamentos de segurança e meio ambiente nos anos fiscais a partir de 1989. Nenhuma delas revelou essas informações nos relatórios anuais.

Por exemplo, a ICI recebeu em 1990 uma multa de 100 mil libras (US\$ 179 mil) depois que dois trabalhadores foram mortos por uma explosão, em 1988, e outra de 250 mil libras (US\$ 450 mil) depois que também uma explosão matou um bombeiro e feriu 93 pessoas, em março de 1989. O relatório anual simplesmente mencionava: "A ICI dá a mais alta prioridade à segurança e à saúde dos empregados, clientes e públicos em geral".

A Shell Transport and Trading Company foi multada em 1 milhão de libras

Daniel também acrescenta que numerosos problemas ambientais e de segurança são causados por empregadores em setores como a agricultura e a construção, que empregam menos de cinquenta pessoas e que seriam deixados de fora pela atual formulação do projeto de lei.

Rob Gray, da Universidade de Dundee e especializado em questões de "contabilidade verde", afirma: "Estou satisfeito por ver desenvolvimentos deste tipo nos relatórios anuais. Se a publicação de informações como estas leva a alguma coisa, não está claro. Mas pelo menos revelaria fatos novos e funcionaria como alavanca para divulgações mais importantes".

Mas antes disso os iniciadores da campanha enfrentarão o que parece ser a extremamente dura tarefa de fazer o Parlamento aprovar o projeto de lei.

O Departamento de Comércio e Indústria, por exemplo, parece ser contrário ao projeto, alegando que, embora as informações que ele obrigaria a ser divulgadas sejam importantes, o relatório anual não é o veículo apropriado para sua publicação.

# Conselho "verde" ajuda empresa a decidir

por Peter Knight  
do Financial Times

Os conselhos de assessoria ambiental, também chamados de comissões ou juntas, estão transformando-se num caminho cada vez mais popular para que os empresários tenham acesso a especialistas em meio ambiente e possam acompanhar as últimas tendências na área. Os conselhos de assessoria são concebidos para ser independentes e formados por pessoas externas à companhia, como acadêmicos e destacados intelectuais.

No ano passado, a multinacional norte-americana Dow Chemical montou o que ela chama de Conselho Corporativo de Assessoria Ambiental e que deverá contar com até catorze membros do mundo inteiro. O conselho se reunirá três ou quatro vezes por ano.

"Reconhecemos que nosso público tem o direito de saber o que estamos fazendo e tem o direito de contribuir em nosso processo de decisão", disse Frank Poppoff, presidente e principal executivo da Dow no lançamento do conselho.

A Waste Management, outra empresa americana e que opera em catorze países, está formando um conselho similar, embora menor, de até sete membros. "Isso vai deixar algumas pessoas na companhia constrangidas, mas temos de nos olhar no espelho. Seria arrogante dizer que temos todas as respostas. Temos que ouvir a comissão", diz David Stringham, diretor de assuntos governamentais da Waste Management Europe.

A Shanks & McEwan, empresa britânica de tratamento e incineração de lixo, tem sido assessorada por um conselho de meio ambiente desde 1989. O conselho é parte integrante da política de atuações ambientais do grupo, em conjunto com um sistema formal de controle de qualidade que tem a função de checar o desempenho ambiental da companhia.

"Uma política ambiental é apenas um conjunto de medidas sem sentido a menos que você tenha uma estrutura administrativa que a faça funcionar", afirma Roger Hewitt, principal executivo da Shanks.

As instituições financeiras que condicionam a concessão de empréstimos a

bom desempenho ambiental das companhias utilizam conselhos — normalmente chamados de comitês de auditação — para averiguar suas decisões de investimentos e dar credibilidade à transação. A TSB, por exemplo, tem um comitê presidido por David Bellamy, o famoso botânico.

## Experts não têm acesso a informações "secretas"

Juntas de consumidores são outra variação de conselhos de assessoria. Trata-se de grupos de pessoas representando uma amostragem de clientes da companhia. A BT, principal empresa telefônica do Reino Unido, mantém três comissões de especialistas, inclusive sobre questões ambientais.

"A comissão nos permite olhar para o mundo de forma a testar nossas políticas com pontos de vista externos", diz Jan Walsh, gerente de relações corporativas com os clientes.

As companhias normalmente usam consultores para ajudar a escolher os membros dos conselhos e depois para organizar e gerir suas atividades. O conselho da Shanks foi formado com a ajuda de Pamela Shimell, diretora-gerente da Industry and Environment Associates, de Londres.

O custo de formar um conselho e depois fazê-lo funcionar é constituído principalmente pelo tempo e esforço originados por processos administrativos. Para assegurar a independência dos integrantes dos conselhos, eles normalmente recebem apenas uma pequena retribuição e às vezes somente ajuda de custo. Para garantir sua independência, alguns "experts", como Tim O'Riordan, professor de ciências ambientais na Universidade de East Anglia e membro do conselho da Dow, recusam qualquer forma de pagamento.

Hewitt diz que o custo total do conselho da Shanks (incluindo administração e tempo empresarial) é de

apenas 100 mil libras (US\$ 178 mil) por ano, que ele considera ser bem empregadas. "Pagamos a cada um dos membros uma taxa bem baixa, comparada com o que recebem os diretores não-executivos."

No entanto, Stringham, da Waste Management, diz que os especialistas deveriam ser adequadamente remunerados pelo tempo gasto.

"O trabalho das pessoas de primeira linha não sai barato e estamos pensando em cifras com seis dígitos para montarmos nosso conselho ambiental."

Pamela diz que pagar os membros dos conselhos não leva necessariamente a compromissos. "Se você escolher pessoas sérias e especializadas o suficiente, elas não serão cooptadas por serem pagas. Elas prefeririam demitir-se."

A eficiência dos conselhos parece depender de dois fatores. Primeiro, da qualidade e independência das pessoas que trabalham neles.

E, segundo, do desejo da companhia de estabelecer uma estrutura que incentive discussões francas e atualizadas.

## Informações atrasadas reduzem a eficiência

Isso porque a companhia está em grande parte encarregada do conselho. Ela não somente escolhe seus membros e às vezes os paga, mas frequentemente estabelece as agendas para suas reuniões e controla as informações de que o conselho necessita. E às vezes ainda o secretaria.

A menos que a companhia esteja totalmente comprometida com seu comitê de assessoria e disposta a ouvir conselhos indigestos, o trabalho do conselho pode facilmente ser obstruído. Isto por exemplo poderia ser feito atrasando informações. Devido ao fato de as reuniões do conselho serem muito espaçadas no tempo — normalmente os encontros são trimestrais —, atrasos na obtenção de informações em

tempo útil podem reduzir seriamente a eficiência do seu trabalho.

Pode haver exceções, mas a maioria das companhias não vê seus conselhos de assessores como fiscais nem como ombudsmen. As empresas querem manter-se a par das questões ambientais de forma a poder preparar-se para mudanças no mercado. E algumas companhias, como a Shanks, querem unicamente o que o conselho se pronuncie sobre as principais decisões do conselho de diretoria.

## Decisão de pagar os consultores é polêmica

Embora algumas companhias aleguem recorrer a seus conselhos para ajudar a formular estratégias, elas afirmam isso apenas de maneira mais genérica. Hewitt, por exemplo, não vê um papel para o conselho na definição da estratégia da empresa. Quando recentemente a Shanks comprou a Rechem, empresa que opera incineradores de alta temperatura, o conselho só foi informado depois da transação.

"Não podemos tornar um órgão externo (a empresa) partícipe de informações que incidam sobre a política de preços. Não podemos discutir estratégias gerais ou específicas com eles, porque isso transformaria 'outsiders' em 'insiders'", diz Hewitt.

Ressaltar a imagem pública é outro benefício decorrente dos conselhos de assessores — a companhia é vista como uma empresa que leva a sério seu desempenho ambiental. Mas isso também pode voltar-se contra a empresa, caso membros insatisfeitos do conselho optem por falar à imprensa e aos analistas. Renúncias, por exemplo, podem ser vistas como sintoma de problemas dentro da empresa. Isso realça a necessidade de a companhia explicar ao público o papel do conselho.

Quando a Shanks absorveu a Rechem, alguns observadores ficaram surpresos pelo fato de o conse-

lho não ter sido consultado sobre a iniciativa. "Não temos tido dificuldades em nossas relações com a companhia, embora possa ter havido algum problema em termos de percepção do público", diz Lord Cranbrook, presidente do conselho de assessores da Shanks.

As companhias também devem passar a imagem de que levam a sério seus conselhos de assessores. Isso inclui fornecer ao conselho os fundos necessários, por exemplo, para investigar práticas em outros países, fazer a rotação dos membros para assegurar a idoneidade e dar seqüência às indicações dos assessores.

Aceitar os conselhos é particularmente importante. Paralelamente às razões comerciais normais, tais como intercâmbios e garantia de seus próprios interesses sejam defendidos, muitos ambientalistas tendem a querer influenciar as decisões empresariais.

O'Riordan diz que há convergência de interesses

entre os governos que estão tentando formular políticas para proteger o meio ambiente, e as companhias, que querem reduzir o impacto sobre o meio ambiente. "Vejo isso como um passo significativo. Temos de entrar numa era na qual as relações entre governos e grandes empresas sejam complementares. A política de segredos precisa terminar", diz ele.

Lord Cranbrook está satisfeito com as realizações do conselho da Shanks. "Sinceramente, acho que algumas coisas que sugerimos causaram alterações nos procedimentos da empresa."

Ele afirma que os encontros do conselho também devem ser interessantes. O conselho da Shanks, por exemplo, reúne-se trimestralmente, em geral por dois dias. Os membros jantam e depois ouvem uma palestra sobre um assunto relacionado com o lixo. O conselho também visita instalações da companhia, como um aterro sanitário.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)